



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOSÉ CARLOS BASTOS JUNIOR

**O CONCEITO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS
CONCEPÇÕES TEÓRICAS CONSOLIDADAS NA ÚLTIMA DÉCADA**

SÃO CARLOS

2022

JOSÉ CARLOS BASTOS JUNIOR

**O CONCEITO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DAS
CONCEPÇÕES TEÓRICAS CONSOLIDADAS NA ÚLTIMA DÉCADA**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado como exigência para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva.

SÃO CARLOS

2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma em minha trajetória até o presente momento.

Ao querido Professor Eduardo por aceitar o desafio de me orientar e pela gentileza e paciência demonstradas ao longo desse processo.

Aos professores João Virgílio e Luiz Roberto pela gentileza em aceitar o convite para serem pareceristas do trabalho e pelas subseqüentes contribuições.

Aos colegas da Turma 2017 do Curso de Licenciatura em Pedagogia (UFSCar) pela ótima convivência durante essa jornada de 5 anos, permeada por momentos de diversão, cansaço e uma pandemia que pegou a todos de surpresa.

Ao corpo docente do Curso de Pedagogia pelas oportunidades de aprendizagem e descobertas.

Ao conjunto seleto de amigades que tem sido minha rede de apoio nos últimos anos.

À minha amiga irmã Faby, por ser um pilar em minha vida.

Ao meu companheiro Rafael, por me trazer calma e equilíbrio nos momentos oportunos.

O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

Bertolt Brecht

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo geral investigar as concepções teóricas referentes ao conceito de educação política presentes na literatura do campo da Educação e Ciência Humanas/ Sociais Aplicadas, haja vista que o contexto atual, marcado pela proliferação da desinformação (*fake news*), ascensão da extrema-direita e ataques sucessivos à democracia e às instituições, evidencia a necessidade de se investigar como se têm dado a construção de teorias que se debruçam na compreensão do conceito de educação política. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, realizada em banco de teses e dissertações nacionais (BDTD), base *Scielo* Brasil, Portal de Periódicos CAPES e na Revista HistedBR Online, utilizando-se como recorte temporal o último decênio (2010-2021) e a seleção de termos relacionados via Tesouros de Educação e consulta à literatura científica. A perspectiva teórica que orientou a análise conceitual é o Materialismo Histórico-Dialético, que norteou a categorização dos trabalhos selecionados em perspectivas (críticas e não críticas) e subcategorias. Os resultados obtidos via levantamento bibliográfico revelaram que há um conjunto relativamente pequeno de pesquisas acadêmicas sobre a discussão da educação política e sua aplicação nos currículos do Ensino Fundamental e Médio, reforçando a necessidade de que novas investigações de caráter prático (Estudos de caso, *surveys*) sejam empreendidas, especialmente nos Anos Iniciais, etapa na qual se observou uma grande lacuna.

Palavras-chave: Educação Política; Pedagogia Socialista; Educação Soviética; Letramento Político; Socialização Política.

ABSTRACT

The present work has the general objective to investigate the theoretical conceptions referring to the concept of political education present in the literature in the field of Education and Applied Human/Social Sciences, given that the current context, marked by the proliferation of disinformation (fake news), the rise of extreme right and successive attacks on democracy and institutions, highlights the need to investigate how the construction of theories that focus on the understanding of the concept of political education have taken place. The methodology adopted was bibliographic research, carried out in a national theses and dissertations database (BDTD), Scielo Brasil database, CAPES Periodicals Portal and in the HistedBR Online Magazine, using the last decade as a time frame (2010-2021) and the selection of related terms via Education Thesauri and consultation of scientific literature. The theoretical perspective that guided the conceptual analysis is Historical-Dialectical Materialism, which guided the categorization of selected works into perspectives (critical and non-critical) and subcategories. The results obtained through a bibliographic survey revealed that there is a relatively small set of academic research on the discussion of political education and its application in the curriculum of Elementary and High School, reinforcing the need for new investigations of a practical nature (Case studies, surveys) to be undertaken, especially in the Initial Years, a stage in which there was a large gap.

Keywords: Political Education; Socialist Pedagogy; Soviet Education; Political literacy. Political socialization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Análise comparativa das terminologias	28
Quadro 2-- Busca realizada no <i>Scielo</i> Brasil	39
Quadro 3- Artigos selecionados – <i>Scielo</i> Brasil	40
Quadro 4- Busca realizada na Revista HistedBr Online	42
Quadro 5- Artigos selecionados – Revista HistedBR	43
Quadro 6 - Busca realizada no Portal de Periódicos CAPES	43
Quadro 7- Artigos selecionados – Portal de Periódicos CAPES	45
Quadro 8- Busca realizada na BDTD	47
Quadro 9- Dissertações/ Teses selecionadas – BDTD	49
Quadro 10- Categorização das perspectivas de educação política (teses e dissertações)	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 METODOLOGIA	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 A EDUCAÇÃO E SEUS PROPÓSITOS	19
2.2 EDUCAÇÃO POLÍTICA: CONCEITUAÇÕES E TERMINOLOGIAS	26
2.3 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOVIÉTICA	32
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
3.1 ARTIGOS CIENTÍFICOS	39
3.2 TESES E DISSERTAÇÕES	47
3.3 CATEGORIAS CONCEITUAIS	56
3.4 ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71
LISTA ESPECIAL DE REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia, elaborada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSCar consistiu em uma revisão bibliográfica acerca do conceito de educação política. A pesquisa foi fomentada pela curiosidade de identificar como a temática tem sido abordada nos trabalhos acadêmicos (artigos, teses, dissertações) publicados na última década (2010-2021).

Uma revisão da história da humanidade nos revela que a Educação tem sido objeto de constantes disputas ideológicas entre diferentes instituições, atores e condições sociais, dentre os quais podemos destacar a Igreja (segmentos religiosos de prevalência judaico-cristã), o Mercado financeiro (representado pelas grandes corporações, indústrias e instituições financeiras), os diferentes regimes políticos etc. Tal interesse deve-se ao potencial de influência que a Escola, instituição que têm atuado como aparelho reprodutor do sistema capitalista, exerce sobre a formação cultural dos indivíduos.

Bittar (2009), ao explicar sobre a História da Educação, aponta que na Grécia Antiga, a concepção educação das crianças e jovens das classes dominantes (elite que detinha o acesso à educação) se baseava em dois pilares: o fazer, que se referia à preparação para a guerra, e o falar, direcionado à formação política dos futuros governantes. Tais pilares tinham por objetivo promover a formação de um homem *omnilateral* (completo). Séculos adiante, Karl Marx (1818-1883) defende uma concepção ampliada de educação, que consistia na união da formação intelectual, educação física e a instrução tecnológica, na faixa etária de 9-17 anos. Desse modo, o sociólogo alemão acredita na formação de um “homem novo”, o qual harmonizaria a formação intelectual com a instrução do trabalho, pois a educação se dividia em: a) educação dos dominantes – “dizer”, formação do intelectual e b) educação dos dominados – “fazer”, formação para a produção.

Para o pedagogo italiano Franco Cambi (1999), o “mito” construído em torno da educação foi desencadeado porque a mesma passou a ser vista como a solução de todos os problemas, um fator-chave do desenvolvimento e evolução da sociedade, e durante o século XIX algumas opções desse mito foram apontadas, como por exemplo, a democrática, que coloca a educação como ponto central de toda a vida social; a socialista, que destaca a questão política da educação e seu papel na luta de classes em ascensão, e a totalitária, que sublinha a educação como socialização integral dos indivíduos e que deve ocorrer de forma conformista e adaptativa.

Em relação ao papel da educação na formação humana e de acordo com a perspectiva socialista embasada no materialismo histórico dialético, Mészáros (2012, p. 55) afirma que:

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabolicamente diferente.

Analisando a educação sob uma perspectiva histórico-dialética, Gonçalves (2020, p.24) ressalta que ela não deve ser “[...] compreendida como fenômeno isolado, senão como parte constitutiva da maneira pela qual os seres humanos produzem sua existência em um dado momento histórico, num dado modo de produção”.

Convém destacar que o processo educacional vem sendo utilizado como um mecanismo para a disseminação de valores e ideologias políticas, a exemplo do modelo de educação soviética implementada no contexto pós-revolução de 1917 na Rússia, cujo objetivo consistiu na alfabetização em massa da população vinculada a uma educação política que reforçava os ideais socialistas (ABREU, 2015). Já na contemporaneidade, os currículos oficiais, mesmo que de forma implícita, almejam a formação de indivíduos que sejam competentes para atuar no mercado de trabalho, pautado por valores neoliberais.

Em síntese, conforme exposto pelos autores supracitados, o processo educacional é carregado de intencionalidades, que possuem relação direta com a formação para a vida, para o mundo do trabalho e, também, para o exercício da cidadania, o que demanda a inserção de conteúdos mínimos sobre a estrutura política, direitos e deveres individuais e coletivos, com vistas a minimizar os efeitos da alienação política.

Blume (2016), redator da Organização Politize! define resumidamente educação política como “[...] um processo de transmissão de informações e conhecimentos cuja finalidade é disponibilizar ao cidadão um repertório que lhe permita compreender as nuances dos debates políticos no Brasil e no mundo”.

Paulo Freire (1997, p.24), em um texto que discute a questão da alfabetização política define o analfabeto político como “[...] alguém que tem uma percepção ingênua das relações dos homens e do mundo, uma inteligência ingênua da realidade social. Para ele, o real é fato dado uma vez por todas, qualquer coisa que é o que é, e que não vai ser transformado”.

Por falar em “percepção ingênua”, uma grande parcela da população brasileira tem adotado um discurso proveniente do senso comum de que a política está fadada ao fracasso, haja vista que “todos os políticos são corruptos”. Infelizmente, tal pensamento vem

colaborando para que os indivíduos permaneçam alheios aos fatos relacionados ao cotidiano político, o que abre precedente para a eclosão de crises no sistema democrático. Conforme apontado em pesquisa realizada Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Instituto MDA entre os dias 21 a 24 de outubro de 2020, 31,6% dos (as) entrevistados (as) não possuíam nenhum interesse em política e 21,7% declararam ter baixo interesse, somando mais da metade dos (as) participantes (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, 2020).

No que diz respeito ao engajamento da juventude brasileira com a política, os resultados de uma pesquisa¹ realizada em 2019, sob a coordenação do Observatório da Juventude na Ibero-América (Fundação SM) em parceria com pesquisadores de três universidades públicas do Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense, UniRio e Universidade Estadual do Rio de Janeiro), que buscou analisar as percepções e realidades deste segmento, apresentam dados preocupantes: dentre o conjunto de entrevistados (as), cerca de 60% estão desacreditados com a política; além de demonstrar um alto índice de rejeição às instituições, sendo que 82% disseram não confiar nos partidos políticos, 80% não confiam no Congresso Nacional, no governo (79%), no Presidente da República (63%), em sindicatos (59%) e sistema judiciário (52%). Em contrapartida, as instituições que apresentaram maior grau de confiança foram as Igrejas/Organizações Religiosas e as Forças Armadas (ambas com 67%) e o sistema de educação (64%). A nítida ausência de confiança nas instituições também reflete na baixa adesão ao voto pelos (as) entrevistados (as), tendo em vista que 39% afirmaram não terem votado nas últimas eleições (Na faixa etária entre 16 e 17, onde o voto é facultativo, o índice de votantes foi ínfimo: apenas 5%), 72% assumiram não terem participado de discussões sobre temas políticos e apenas 46% disseram que buscam por informações políticas (FUNDAÇÃO SM, 2021).

Analisando os pontos destacados pela pesquisa supracitada, destaca-se que o sistema de educação (entende-se aqui as escolas) tem sido visto pelos jovens com certa credibilidade, fato que colabora para que ações vinculadas à educação política sejam implementadas com possibilidade de êxito.

Ressalta-se que uma discussão mais aprofundada sobre as diferentes compreensões

¹ Elaborada no segundo semestre de 2019, a pesquisa faz parte de uma investigação ampla realizada em nove países ibero-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e República Dominicana). Em solo brasileiro, foram entrevistados (as) pessoalmente 1.740 jovens, entre 15 e 39 anos, distribuídos nas cinco regiões do país.

teóricas acerca do conceito de educação política e os contrapontos da perspectiva marxista serão realizadas na seção 2.2 (Referencial Teórico).

1.1 OBJETIVOS E PROBLEMA DA PESQUISA

A presente pesquisa tem por objetivo geral investigar as concepções teóricas referentes ao conceito de educação política presentes na literatura do campo da Educação e Ciências Sociais, com o intuito de contribuir com a construção de reflexões sobre a presença de conteúdos sobre política nos currículos oficiais.

Como objetivos específicos, buscar-se-á:

- Identificar teses, dissertações e artigos científicos publicados na última década (2010-2021) cuja temática aborde discussões relacionadas à educação política;
- Identificar possíveis termos sinônimos à educação política;
- Selecionar documentos (teses e dissertações) que abordem os limites e potencialidades da abordagem da educação política no Ensino Fundamental e Médio;
- Categorizar as concepções localizadas nas teses e dissertações selecionadas de acordo com suas perspectivas políticas;

Enfatiza-se que a emergência do problema de pesquisa surgiu a partir das seguintes indagações:

- Quais as definições/concepções de educação política consolidadas nas pesquisas do campo da Educação?
- Quais as concepções políticas que fundamentam a construção do conceito? Quais as perspectivas teóricas de referência?
- Quais as etapas de escolarização são mais investigadas ou citadas nas pesquisas sobre educação política?

1.2 JUSTIFICATIVA

O contexto atual, marcado pela proliferação da desinformação (*fake news*), ascensão da extrema-direita e ataques sucessivos à democracia e às instituições, evidencia a necessidade de se investigar como se têm dado a construção de teorias que se debruçam na

construção e compreensão do conceito de educação política. Desse modo, é imprescindível ter em consideração que somos seres políticos, ou seja, a teoria de uma possível neutralidade diante dos fatos que impactam a realidade social é altamente questionável.

No cenário das eleições presidenciais de 2018, reproduzindo-se a postura adotada durante a campanha de Donald Trump ocorrida em 2016, um conjunto de notícias falsas foram propagadas pelo então candidato Jair Bolsonaro, com destaque para o “Kit Gay” que supostamente estaria sendo divulgado nas escolas com o intuito de promover a sexualização precoce das crianças. A referida *fake news* alcançou uma ampla repercussão, inclusive influenciando o resultado do pleito no segundo turno, haja vista que muitos brasileiros (as) passaram a acreditar e temer que numa possível gestão do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Fernando Haddad tal kit seria distribuído. Mesmo com a confirmação do Ministério da Educação de que o título “Aparelho Sexual e Cia” nunca foi adquirido pela pasta e da constatação de falsidade da notícia pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o “estrago” foi consolidado (PINA, 2018).

Outras questões frequentemente disseminadas de forma distorcida nas redes sociais por setores conservadores referem-se à implementação de uma “Ideologia de Gênero” nas escolas, que na visão destes almeja subverter os valores hegemônicos da família tradicional, por exemplo, induzindo que as crianças se tornem gays, lésbicas ou transexuais, e também a defesa de uma “Escola Sem Partido” (ESP), onde parte-se do princípio que as escolas estão se tornando um local de propaganda política “esquerdista”, atentando contra as convicções morais e religiosas que devem estar sob a responsabilidade do núcleo familiar (MORAIS, 2018). O preceito defendido pelo movimento ESP se contrapõe ao disposto nos parágrafos II e III do artigo 206 da Constituição:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 1988).

Reiterando a importância de se atentar para a educação política da população, uma pesquisa realizada em 2020 pela Kapersky, empresa global de cibersegurança em parceria com a Corpa (empresa de pesquisa) revelou que 62% dos brasileiros (as) não sabem reconhecer uma *fake news*. A investigação, que compõe a campanha de conscientização Iceberg Digital, e tem por objetivo analisar o cenário atual de segurança da informação em

países da América Latina também constatou que o grupo etário que mais compartilha notícias falsas em suas redes sociais sem checar sua veracidade possui entre 25 e 34 anos (REVISTA EDUCAÇÃO, 2020).

Ressalta-se que o interesse em torno da política foi despertado na antiga sexta série do Ensino Fundamental (cursada em 2000), quando na ocasião realizamos, sob a supervisão de um professor de História, uma pesquisa de campo sobre a percepção que as pessoas tinham sobre a política e o processo eleitoral. Fomos divididos em grupos e entrevistamos moradores de diferentes bairros da cidade. Passados alguns anos, em 2016 me filiei ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual passei a ter um contato mais efetivo com as discussões sobre conjuntura política nacional e local, além de participar da construção de atos e mobilizações. Já no âmbito profissional, em 2018, após ingressar como servidor público (Bibliotecário- Analista Documental) na Câmara Municipal de São Carlos, no ano seguinte comecei a participar da organização do Projeto “Visite a Câmara²”, no qual estudantes da rede pública, privada e outros segmentos visitam as dependências do Poder Legislativo (Edifício Euclides da Cunha) e da Biblioteca Jurídica com o objeto de conhecer aspectos históricos, sobre o papel dos (as) vereadores (as), as competências dos Três Poderes etc. Ressalta-se que a inserção no referido projeto despertou o desejo de me aprofundar nas temáticas relacionadas à política institucional, que inclui a compreensão do funcionamento dos Poderes, das atribuições dos parlamentares e dos princípios constitucionais, levando-me a realizar diversos cursos de curta duração, dentre os quais destaco: A Ciência da Constituição Federal: Ler a CF88 integralmente (ofertado pelo Departamento de Educação da UFSCar em 2021), Controle Social e Institucional dos Gastos Públicos, Introdução ao Direito Constitucional, Políticas Públicas e Governo Local e O Poder Legislativo Municipal no Brasil.

Em relação ao processo de concepção da pesquisa, inicialmente havia a intenção de realizar uma pesquisa com professores da rede municipal e estadual de São Carlos com a finalidade de investigar como eles compreendem o conceito de educação política e sua aplicação no planejamento pedagógico. No entanto, em virtude do tempo exíguo para desenvolver uma pesquisa de campo (tendo em vista a necessidade de submissão ao Comitê de Ética e o contexto pandêmico), optou-se por uma pesquisa bibliográfica para o TCC. Cogita-se futuramente, em um projeto de pesquisa para a pós-graduação, a possibilidade de se retomar a proposta investigativa em campo.

² O projeto Visite a Câmara foi instituído pela Mesa Diretora da Casa por meio da Resolução de Nº 241/2009.

A perspectiva de análise teórica adotada no desenvolvimento da pesquisa será o materialismo histórico-dialético, em virtude de possibilitar a compreensão e explicação dos objetos e fenômenos investigados, tais quais os mesmos verdadeiramente são na prática (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Acerca do referido método, as supracitadas autoras complementam:

À luz do materialismo histórico-dialético, o conhecimento científico se constitui na prática social humana à medida que a própria vida social vai se desenvolvendo e se complexificando, e os homens vão adquirindo condições determinadas social e culturalmente de *refletir e teorizar* (com métodos cada vez mais desenvolvidos) sobre essa mesma prática social e seus objetos e fenômenos constitutivos. Trata-se, por conseguinte, de se conceber o conhecimento como produto do trabalho dos indivíduos que são historicamente situados, de decodificação abstrata sobre a realidade concreta (MARTINS, LAVOURA, 2018, p. 225).

1.3 METODOLOGIA

A metodologia adotada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, realizada em banco de teses e dissertações nacionais (BDTD), base *SciELO* Brasil, Portal de Periódico Capes e a revista do campo da Educação HistedBr³ Online (artigos), sendo orientada pelos seguintes critérios:

-Estabelecimento de palavras-chave, selecionadas com base em consulta ao Tesouro Brasileiro de Educação (INEP) e a literatura acadêmica das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Educação Política, Alfabetização Política, Letramento Político, Formação Política, Socialização Política, Educação Cívica, Educação para a Cidadania, Educação para a Democracia, Educação Soviética, Pedagogia Socialista e Ensino de Política.

- Aplicação de recorte temporal (2010-2021) no processo de seleção dos documentos, com o objetivo de verificar o estado da arte da produção científica sobre Educação Política no último decênio;

-Uso de aspas (“”), com vistas a possibilitar maior precisão na recuperação dos registros;

³ A referida revista, cujo primeiro foi publicado em setembro de 2000, está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR com sede nacional na Faculdade de Educação/UNICAMP, e utiliza a modalidade de publicação contínua objetivando publicar artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica.

-Uso de filtros (título, assunto) com o objetivo de conferir maior refinamento ao processo de busca;

- Formulação de estratégias de buscas utilizando a combinação dos termos selecionados e lançando mão de operadores booleanos (especialmente AND)⁴ visando ampliar a possibilidade de localizar documentos que relacionem Educação política/termos correlatos com práticas na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio).

Os resultados das buscas serão apresentados na forma de quadro (de forma sistematizada) com a devida explanação do processo.

Posteriormente ao processo de busca e recuperação dos registros nas bases supracitadas, foi realizada uma leitura exploratória do resumo e verificação das palavras-chave como etapa subsequente de filtro. Os documentos selecionados após a análise prévia (especialmente as teses e dissertações) passaram por um processo de leitura reflexiva, que consistiu na leitura de partes consideradas estratégicas dos documentos (sumário, introdução, revisão de literatura, considerações finais, referências bibliográficas) com o intuito de confirmar (ou não) sua pertinência para a pesquisa. Convém destacar que as referidas categorias de leitura (exploratória, seletiva, reflexiva / crítica) foram extraídas do artigo de Lima e Mioto (2007), no qual se detalham, com base na proposta de Salvador (1986), os procedimentos metodológicos essenciais para a construção de uma pesquisa bibliográfica bem sucedida.

Os critérios de inclusão adotados foram atribuídos com o intuito de verificar a pertinência temática dos documentos localizados em relação ao objeto da investigação (conceito de educação política), isto é, devem consistir em:

- a) Estudos teóricos/revisões sobre o conceito de educação política e terminologias correlatas;
- b) Pesquisas que avaliem a implementação de programas e ações de educação política em escolas (e com estudantes) de Ensino Fundamental e Médio;
- c) Artigos/teses e dissertações em língua portuguesa;
- d) Revisões de literatura sobre a experiência da Pedagogia Socialista/ Educação Soviética, cujo objetivo seja identificar as potencialidades e limites no que diz respeito à articulação entre o currículo e a educação política.

Destaca-se ainda que na elaboração do referencial teórico livros (ou capítulos) foram

⁴ Ver nota explicativa na página 38.

utilizados, tendo em vista a pertinência dos mesmos para a compreensão conceitual.

Em suma, de acordo com Gil (2002, p. 45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Em complemento, Lima e Miotto (2007, p.44) visualizam a pesquisa bibliográfica como “[...] um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo está organizado em três seções, que estão organizadas da seguinte forma: 1) A seção 2.1 apresenta uma breve perspectiva histórica sobre iniciativas voltadas à educação política no contexto brasileiro e, posteriormente, uma breve análise dos documentos oficiais (LDB, PCNs e BNCC) com fins de identificar como a temática da educação política é tratada nas referidas propostas curriculares; 2) Na seção subsequente, uma exposição teórica visando contribuir para a compreensão acerca do conceito de educação política, as terminologias correlatas identificadas na literatura acadêmica e algumas iniciativas práticas já consolidadas. Finalizando a seção, uma breve discussão sobre a abordagem sobre a educação na obra de Marx e Engels 3) Por fim, a seção 2.3 apresenta uma síntese da experiência registrada pela educação soviética durante os anos posteriores à Revolução de 1917.

2.1 A EDUCAÇÃO E SEUS PROPÓSITOS

Ao revisitar a História da Educação ao longo dos séculos, é perceptível que o Estado, em suas diferentes formatações ideológicas, a Igreja (como instituição) e a Burguesia viram nas propostas de Educação Formal (via processo de escolarização) um mecanismo potente para a disseminação de seus ideais (postos muitas vezes de forma sutil) de doutrinação e conformação dos indivíduos a uma determinada realidade social.

Saviani (1999, p.37) afirma que a Escola, em sua formatação burguesa, tem atuado como

[...] um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Consequentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária (SAVIANI, 1999, p.37).

Por outro lado, Snyders (2005, p.102) compreende a escola como que “[...] um local de lutas, a arena em que se defrontam forças contraditórias”, ou seja, existem disputas ideológicas em seu interior. Em resumo, a escola:

[...] é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada, ela é o

terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. [...] A escola é, simultaneamente, reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação (SNYDERS, 2005, p.102-103).

Exemplos que ratificam tal afirmação não nos faltam: o atual Ideário Neoliberal de Educação, cujo enfoque é o desenvolvimento de competências para a atuação no cenário capitalista e, mais especificamente, no período da Ditadura Militar (1964-1985), encontramos um modelo de conformação ao regime, através da implementação de caráter obrigatório das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudo dos Problemas Brasileiros nos currículos escolares brasileiros. Neste contexto, a proposta de educação cívica tinha por objetivo a “[...] adaptação, sujeição, reiteração da tradição na nova ambiência do capitalismo industrial em desenvolvimento” (OLIVEIRA; BIANCHINI, 2017, p.279). Dantas e Almeida (2015) complementam que tal proposta conservadora de educação também visava afastar das “mentes e corações” dos cidadãos em geral (especialmente da juventude) o “fantasma” do comunismo, que era visto como uma iminente ameaça à ordem nacional. Ressalta-se que as disciplinas mencionadas foram retiradas definitivamente dos currículos formais em meados da década de 1990, anos após a retomada democrática.

Resende (2010) destaca que as primeiras iniciativas que se propuseram a inserir discussões sobre política em solo brasileiro ocorreram no contexto pós-advento da República, sendo parte de um processo de supressão da autoridade religiosa sobre a educação, concepção predominante desde o período colonial, através da atuação pedagógica dos Jesuítas. Já em 1925, durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), foi introduzida de forma obrigatória no currículo do primeiro ano do ensino secundário a disciplina “Instrução Moral e Cívica”, cujo propósito era inculcar nos estudantes:

[...] noções positivas dos deveres do cidadão na família, na escola, na pátria e em todas as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes fatos da história da pátria, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas fases históricas e dos que influíram decisivamente no progresso humano (JOSGRIBELRT, 1998 apud RESENDE, 2010, p.21).

Todavia, em 1931, no início do denominado “Governo Provisório” de Getúlio Vargas, a supracitada disciplina foi retirada do currículo escolar, em meio às reformas educacionais promovidas por Francisco Campos. O argumento utilizado para tal exclusão é que “o dever da

escola em formar cidadãos ou educar para a democracia não seria realizado por meio da exposição de ideias ou conceitos, e sim pela própria prática dos estudantes numa escola organizada democraticamente” (RESENDE, 2010, p.21).

Em suma, a Escola passou a ser vista como uma instituição social de transmissão e preservação de uma cultura cívica pautada na valorização da família tradicional, no amor à pátria, aos símbolos nacionais e a moralidade (OLIVEIRA; BIANCHINI, 2017).

Dantas e Almeida (2015, p.20) endossam o argumento acima exposto, destacando que “[...] historicamente, a questão da Educação Política no Brasil está vinculada a ideia de transmissão formal da ideologia oficial e não as reflexões voltadas a ética, a responsabilidade, a liberdade e a democracia” (DANTAS; ALMEIDA, 2015, p.20).

Paulo Freire, em uma coletânea de ensaios intitulada “Política e Educação”, promove importantes reflexões sobre a essência política da educação, defendendo a tese de não neutralidade das ações educativas:

Me parece fundamental, neste exercício, deixar claro, desde o início, que não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. A impossibilidade de ser neutra não tem nada que ver com a arbitrária imposição que faz o educador autoritário a “seus” educandos de suas opções (FREIRE, 2001, p. 21).

Na mesma linha de argumentação, Gadotti (2003, p.75) reforça que “[...] não é possível ao educador permanecer neutro: ou educa a favor dos privilégios da classe dominante ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas. Aquele que se diz neutro estará apenas servindo aos interesses do mais forte, isto é, à classe dominante”.

Em complemento às teses colocadas por Freire e Gadotti, Pistrak (2005, p.23) evidencia que:

Em toda a linha da educação, parece-nos impossível conservar a antiga concepção de uma educação apolítica [...] a ideia de uma educação apolítica ou neutra não passa de uma hipocrisia da burguesia, um meio de enganar as massas. A burguesia dominante nos países capitalistas entretém cuidadosamente este engodo.

Gramsci (2004, p.50) afirma que um dos desafios no qual a escola deveria se concentrar diz respeito a uma proposta formativa em que “[...] cada cidadão possa tornar-se ‘governante’ e que a sociedade o ponha, ainda que ‘abstratamente’ nas condições gerais de poder fazê-lo [...]”.

Isto posto, um dos compromissos centrais da Escola seria:

Formar o cidadão, educar o homem novo, desenvolver o ethos do trabalho, educar para a paz, estimular o sentido republicano são todos esses aspectos grandes finalidades escolares que atravessaram, de maneira diversa conforme o tempo e o lugar, o próprio sentido da escola pública (OLIVEIRA; BIANCHINI, 2017, p.278)

Revisitando importantes documentos oficiais, elaborados nas últimas décadas no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), identificaram-se algumas diretrizes e orientações para a abordagem de educação política/cidadã de forma transversal, embora descritos de forma superficial e desconectada.

Dentre os objetivos gerais dos PCNs para o ensino fundamental, destaca-se:

compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (BRASIL, 1997, p.6)

Os PCNs também apresentam alguns princípios que devem reger uma educação comprometida com a cidadania: dignidade da pessoa humana; igualdade de direitos; participação e corresponsabilidade pela vida social (BRASIL, 1997).

Em relação à formação dos educadores (as), o supracitado documento enfatiza a necessidade de se refletir sobre a ação política dos mesmos (as), haja vista que “A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação” (BRASIL, 1997, p.23). Ademais, ao criticar a negligência histórica com a qual a dimensão política é abordada na formação inicial e continuada dos (as) professores (as), reitera-se que:

Para o professor a escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É, também, lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades (BRASIL, 1997, p.38).

Voltando-se o enfoque para a BNCC, foram identificados ao longo do documento alguns objetos de conhecimentos e habilidades relacionadas com a abordagem da política, dentre os quais, destacam-se:

-Para o 5º ano do Ensino Fundamental (História), um dos conteúdos programáticos prevê a abordagem das formas de organização social e política: a noção de Estado (BRASIL, 2018, p.414).

- Para o 6º ano (História), é indicada a abordagem das noções de cidadania e política na Grécia e em Roma (BRASIL, 2018, p.421).

- Para o 8º ano (História), dentre as habilidades requeridas, destaca-se:

“(EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira” (BRASIL, 2018, p.425).

- Para o 9º ano (História), destacam-se três habilidades:

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade). (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos (BRASIL, 2018, p.429, 431).

Analisando brevemente a abordagem de conteúdos relacionados à política na BNCC, identifica-se a predominância de uma perspectiva histórica de estudo dos fatos que permearam o cenário político brasileiro no decorrer das décadas, ou seja, não há diretrizes claras que fomentem o diálogo sobre questões da política concreta em sala de aula.

No âmbito do Ensino Médio, dentre as finalidades elencadas para que se concretize uma “escola que acolhe as juventudes”, destacam-se:

promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos [...] valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito (BRASIL, 2018, p.467).

No que se refere ao campo de atuação na vida pública, buscar-se-á promover a:

compreensão dos interesses que movem a esfera política em seus diferentes níveis e instâncias, das formas de participação institucionalizadas e não institucionalizadas, incluindo manifestações culturais e artísticas e intervenções urbanas; [...] participação em diversos canais (incluindo digitais) e instâncias, seja na forma de acompanhamento de políticos e de desenvolvimento de

projetos e políticas, seja na discussão de temas, propostas, ações, projetos, projetos de lei, programas ou políticas, relativos a temáticas gerais de interesse coletivo e, em especial, vinculados à juventude;[...] envolvimento com questões de interesse coletivo e público e compreensão do contexto de promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Estatuto da Juventude e das políticas afirmativas, como forma de valorizar a democracia e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (BRASIL, 2018, p.512).

Já a habilidade requerida no campo de atuação na vida pública:

(EM13LP23) Analisar criticamente o histórico e o discurso político de candidatos, propagandas políticas, políticas públicas, programas e propostas de governo, de forma a participar do debate político e tomar decisões conscientes e fundamentadas (BRASIL, 2018, p.514). Eis aqui uma habilidade que abre possibilidades para a realização de debates e atividades práticas que venham a incentivar o pensamento crítico dos estudantes.

Quanto à área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio, foram identificadas duas habilidades que abordam a política através de uma perspectiva histórica:

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual **(EM13CHS603)** Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) (BRASIL, 2018, p.579).

Ao final do documento da BNCC, há a apresentação de uma definição de política, que é compreendida:

[...] enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (BRASIL, 2018, p.567).

Em síntese, observa-se que as possibilidades em torno de propostas transversais de educação política nos documentos oficiais (PCNs e BNCC) focalizam conteúdos que objetivam fomentar o exercício da cidadania. O excerto descrito integralmente na sequência ratifica tal argumento:

A construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos. Assim, para que os estudantes compreendam a importância de sua participação e sejam estimulados a atuar como cidadãos responsáveis e críticos, essa competência específica propõe que percebam o papel da política na vida pública, discutam a natureza e as funções do Estado e o papel de diferentes sujeitos e organismos no funcionamento social, e analisem experiências políticas à luz de conceitos políticos básicos. Para o desenvolvimento dessa competência específica, a política será explorada como instrumento que permite às pessoas explicitar e debater ideias, abrindo caminho para o respeito a diferentes posicionamentos em uma dada sociedade. Desse modo, espera-se que os estudantes reconheçam que o debate público – marcado pelo respeito à liberdade, autonomia e consciência crítica – orienta escolhas e fortalece o exercício da cidadania e o respeito a diferentes projetos de vida (BRASIL, 2018, p.578).

O excerto apresentado acima levanta uma série de questionamentos sobre a intencionalidade da proposta: Qual a perspectiva de cidadania adotada pela BNCC? Quais os seus limites na sociedade capitalista? O que seriam cidadãos responsáveis e críticos? De que forma a consciência crítica pode ser aguçada nos estudantes? Ou ainda, qual concepção de Estado? Enfim, a resposta para tais questionamentos requerem uma análise crítica dos proponentes do documento⁵

No que tange à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/1996), a única menção a uma possível abordagem curricular de temática política se encontra no parágrafo 1 do artigo 26:

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (BRASIL, 1996). Mas, do que se trata a realidade social e política? Tal abordagem se restringe a um viés histórico?

Por fim, destaca-se um importante avanço efetivado por meio da Lei 11.681/2008, que alterou o artigo 36 da Lei 9.394/1996 (LDB) e incluiu a Filosofia e Sociologia como disciplinas de caráter obrigatório nos currículos do ensino médio, abrindo-se precedentes para o tratamento de temas vinculados à política institucional e fatos da atualidade (escândalos de corrupções, projetos de lei polêmicos, polarização ideológica, etc.). Contudo, é imprescindível a realização de pesquisas (estudos de caso, *surveys*) que investiguem o grau de aplicabilidade da referida lei nas escolas, já que, historicamente, têm se identificado lacunas entre a promulgação das legislações/documentos oficiais e sua implementação efetiva.

⁵ Para uma análise crítica da BNCC, indica-se a leitura do artigo de Filipe, Silva e Costa (2021). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/PbZbjrWHzzQ3Yt4LBFzK6NF/?format=pdf&lang=pt>

2.2 EDUCAÇÃO POLÍTICA: CONCEITUAÇÕES E TERMINOLOGIAS

“Se educar é conscientizar, a educação é um ato essencialmente político. Portanto ninguém educa ninguém sem uma proposta política” (GADOTTI, 2003, p. 78). A partir desta citação, que nos convida à reflexão, propõe-se nesta seção aprofundar a discussão sobre os conceitos de educação política presentes na literatura do campo da Educação e Ciências Humanas/ Sociais Aplicadas e terminologias que carregam significados e propósitos relacionados. Enfatiza-se que o autor da pesquisa adotou uma perspectiva de educação política pautada pela emancipação humana e transformação da realidade social concreta, com base em teóricos Marxistas: Lombardi (2010) e Saviani (2011) e Freireanos: Freire (1997, 2001) e Gadotti (2003).

Os artigos científicos, teses e dissertações analisadas após o processo de levantamento bibliográfico identificaram uma diversidade de terminologias que possuem alguma inter-relação com o conceito de educação política, sendo este um argumento já corroborado pela revisão de literatura realizada por Jardim (2018), que apresentou uma discussão sobre as similaridades e diferenças conceituais presentes nos referidos termos: educação para a democracia, letramento político, socialização política, e educação cívica.

Benevides (1996) promove uma reflexão sobre o sentido de uma educação para a democracia (EPD). Desse modo, para a autora, uma EPD abrange duas dimensões:

[...] a formação para valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente – e mais de uma vez no curso da vida – um ou outro (BENEVIDES, 1996, p.226).

Entretanto, há três elementos indispensáveis e interdependentes para que haja uma compreensão da EPD: a) a formação intelectual e a informação- que consiste em introduzir o indivíduo às diferentes áreas do conhecimento (incluindo-se a literatura e as artes em geral), com fins de fomentar a capacidade de conhecer para melhor escolher, julgar e tomar decisões embasadas; b) a educação moral- que consiste na formação ética, mediante a incorporação de valores republicanos e democráticos; c) a educação do comportamento, vista desde a tenra idade, em prol de valores como a tolerância diante de opiniões divergentes/diferentes,

cooperação ativa e, a subordinação do interesse individual ao interesse do coletivo, visando o bem comum. Em complemento, a supracitada autora reforça que a educação para a democracia não deve ser confundida com a instrução cívica, tendo em vista que se propõe ir além do ensino da organização do Estado e dos direitos/deveres dos cidadãos, incentivando o desenvolvimento de uma cidadania ativa (BENEVIDES, 1996).

Outro termo frequentemente associado ao conceito de educação política é denominado letramento político. Para Cosson (2010, p.16), um dos expoentes no estudo conceitual, o letramento político pode ser definido como “[...] o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia”. O referido autor ressalta que por se tratar de um processo, o letramento deve ser compreendido como uma ação permanente, ou seja, não possui um início ou fim claramente demarcados no que tange à aquisição de conhecimentos e habilidades, o que reforça a tese de que um indivíduo não deverá ser visto como totalmente “letrado” ou “iletrado”. Em relação à implementação do letramento político nas escolas, Cosson (2010, p.17) afirma que:

O ideal seria que cada escola elaborasse um programa de letramento político e que ele perpassasse toda a instituição, envolvendo não apenas professores e alunos, mas também os funcionários e os pais, de acordo com a especificidade de cada segmento da comunidade escolar. Esse programa não deveria ser episódico, mas contínuo, integrando o ano escolar regular, tal como ocorre com uma disciplina, inclusive com períodos de planejamento, atividades e avaliação bem determinados.

Brenner (2010, p.30) discorre sobre o conceito de socialização política, que pode sucintamente ser definido como “[...] a transmissão de atitudes, escolhas, preferências, símbolos, comportamentos políticos e representações do mundo”. A referida autora ressalta que o primeiro espaço de socialização do indivíduo é a família (ou sua substituta), haja vista que na relação com os pais, “[...] a criança imita, se identifica e recria as regras de convivência social” (2010, p.30), ou seja, através da interação com o outro se adquire a capacidade de autorreconhecimento, diferenciando o que é particular do que é universal. Contudo, destaca-se que a família não é a única instância socializadora, reforçando-se o potencial da escola e outras instituições com as quais desenvolvemos relações sociais e captamos valores, referências políticas e culturais no decorrer da vida.

Fuks e Casalecchi (2016) apresentam as experiências obtidas a partir dos programas de educação cívica implementados nas assembleias legislativas e câmaras municipais em diversas localidades do país, comumente denominados de Parlamento Jovem. De acordo com

os autores:

A educação cívica pode ser pensada como um “catalisador” do aprendizado político. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque ela consegue mobilizar de forma ímpar um enorme “fluxo informacional”, que dificilmente seria mobilizado em outra situação. Além disso, tais programas estimulam não só o aprendizado teórico, como também a vivência prática. Os participantes não só aprendem sobre, como experimentam a política (FUKS; CASALECCHI, 2016, p. 149).

Apresentadas as compreensões conceituais das terminologias correlatas à educação política, é importante traçar as semelhanças e nuances que há entre as mesmas, conforme quadro proposto por Jardim (2018):

Quadro 1- Análise comparativa das terminologias

Educação política	Letramento político	Educação para a democracia	Educação para a Cidadania
Questões de ordem teórica e história política	Conhecimento das instituições e concepções políticas e sociais	Formação intelectual e informação	Formação cidadã
Visa o fortalecimento da democracia, mediante a valorização da representação e participação popular	Apropriação de conhecimentos, práticas e valores com fins de aprimoramento da democracia	Educação moral, que deve estar vinculado aos valores democráticos	Visa o fortalecimento da democracia e o incentivo ao desenvolvimento de cultura política baseada em práticas e valores democráticos
Fomento à empatia e construção de relações dialógicas	Adoção de atitudes e valores para a prática de uma cidadania ativa	Fomentar a tolerância e a cidadania ativa	Promoção de mudança de comportamento dos cidadãos para fortalecimento da democracia e cidadania ativa
Participação social	Participação social	Participação democrática	Importância da participação política

Fonte: Adaptado de Jardim (2018)

Almeida (2016, p.17) compreende as atividades de educação política como

[...] aquelas ações de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas para os mais diversos públicos, mormente o de jovens, que visa a transmissão do conhecimento e da informação para o estabelecimento do debate sobre questões de ordem teórica sobre política, valores democráticos, ética, cidadania, bem como a abordagem de assuntos relacionados a história política e ao funcionamento das instituições e sua relação com a representação e a participação políticas.

Já para a Fundação Telefônica (2020), a Educação Política consiste em:

- Conhecer funções dos cargos públicos;
- Desenvolver habilidades para cidadania: empatia, comunicação, tomada de decisão, trabalho colaborativo;
- Entender aspectos do processo eleitoral brasileiro;
- Incentivar a participação social e democrática;
- Discutir o impacto da desinformação nas eleições.

Dantas (2010), com base em Stuart Mill, reforça a necessidade de que os indivíduos sejam educados formalmente para o exercício da democracia, tendo em vista que as “regras do jogo” estão postas e carecem de ser disseminadas e respeitadas. Alcançado esse objetivo, haverá uma maior probabilidade de emergência de cidadãos ativos.

Dentre as ações de educação cidadã realizada em âmbito nacional, destaca-se o Portal Plenarinho – O jeito criança de ser cidadão, uma iniciativa da Câmara dos Deputados que oferta conteúdos relacionados à política e cidadania de forma lúdica, incluindo planos de aula para se trabalhar em sala, notícias, jogos e materiais audiovisuais. O referido portal também está vinculado a uma ação educativa que se realiza anualmente desde 2006⁶: A Câmara Mirim. O programa é direcionado aos estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas e tem por objetivo promover uma vivência da atividade legislativa, abrangendo desde a elaboração do projeto até a votação em comissões da Câmara e no Plenário. Os estudantes participantes atuam como deputados mirins, apresentando, debatendo e votando três projetos de Lei selecionados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, s.d.).

Ademais, é oportuno lançar luz sobre os programas denominados de Parlamento Jovem (ou Parlamento Mirim), e que têm sido implementados em diversas Câmaras Municipais no Brasil. A Câmara Municipal de São Carlos (local no qual o autor da

⁶ Em virtude da pandemia de Covid-19, as edições de 2020 e 2021 do programa foram realizadas em formato virtual. Para maiores informações, visitar <https://plenarinho.leg.br/>

monografia é servidor público) realizada anualmente (exceto em 2020 e 2021, em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia) o Parlamento Jovem São-carlense, cujo objetivo é possibilitar aos estudantes do ensino médio uma vivência prática, durante uma semana, do ambiente legislativo, mediante a elaboração de projetos de lei e debates de temas de grande relevância para o município, visando promover a formação política deste público alvo (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 2019).

As definições e iniciativas supracitadas devem ser vistas como importantes para o fortalecimento do exercício da cidadania e a manutenção do estatuto democrático, entretanto, não são suficientes para promover mudanças estruturais na sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao desvelamento das contradições produzidas no interior do sistema capitalista, geradoras de desigualdades sociais, precarização das condições de trabalho, exploração desenfreada dos recursos naturais, privatizações de empresas públicas, dentre outras mazelas.

Gomes (2010, p.294) endossa que “o sentido político da educação decorre exatamente da necessidade de formação de sujeitos emancipados, livres da condição de alienação e enclausuramento social”.

Desse modo, um provocador questionamento emerge: É possível promover uma educação emancipadora e crítica no interior do sistema capitalista, pautado por um ideário neoliberal?

Saviani (2005, p.25) apresenta uma definição para as chamadas “pedagogias contra-hegemônicas”, que na visão do autor são:

[...] aquelas orientações que não apenas não conseguiram se tornar dominantes, mas que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente visando a instaurar uma nova forma de sociedade. Situam-se nesse âmbito as pedagogias socialista, libertária, comunista, libertadora, histórico-crítica (SAVIANI, 2005, p. 25)

Lombardi (2010), em sua tese de livre docência, buscou refletir sobre os apontamentos sobre educação e ensino presentes no conjunto da obra de Marx e Engels, tendo em vista que os mesmos não elaboraram nenhuma teoria educacional ou análise específica da educação/ensino, muito menos propuseram uma pedagogia. Tais observações encontram-se de forma esparsas no conjunto de suas obras, em meio às críticas das teorizações e práticas burguesas, especialmente no que diz respeito às condições de vida e trabalho do proletariado. Isto posto, a partir de uma perspectiva materialista-dialética, o referido autor visualiza a

educação como

[...] um campo da atividade humana e os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais (LOMBARDI, 2010, p.231).

Para Marx e Engels, é imprescindível que haja uma articulação entre trabalho produtivo e formação intelectual, com o objetivo de promover a superação da exploração capitalista, mediante a consolidação de uma formação desalienada e revolucionária designada aos filhos da classe trabalhadora, sendo esta um potente instrumento de formação para uma ação transformadora (LOMBARDI, 2010).

Em linhas gerais, a concepção marxista de educação foi gradativamente se configurando e assumindo os seguintes princípios: eliminação do trabalho das crianças na fábrica; associação entre educação e produção material; educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo três aspectos: mental, físico e técnico, adequados à idade das crianças, jovens e adultos; inseparabilidade da educação e da política; e articulação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, isto é, o trabalho, o estudo e o lazer (LOMBARDI, 2010, p.333).

É importante destacar que Marx e Engels não rejeitaram as conquistas advindas da Burguesia (universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural, primazia do trabalho, dentre outras), reconhecendo-as como relevantes para o avanço civilizatório, embora criticassem a incapacidade de concretizar tais estatutos na realidade concreta, de modo radical, ou seja, atuando diretamente na raiz das questões (MANACORDA, 1992).

Portanto, no decorrer do processo revolucionário “[...] a educação é um importante instrumento para que o trabalhador consiga não apenas ter acesso aos conhecimentos, mas que, a partir deles, possa controlar o processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos envolvidos no processo produtivo” (LOMBARDI, 2010, p.235).

Por fim, é importante lançar luz sobre uma das dez medidas para viabilizar a transformação do modo de produção capitalista e que foi registrada no Manifesto do Partido Comunista (1848): “Educação pública e gratuita para todas as crianças. Supressão do trabalho fabril de crianças, tal como praticado hoje. Integração da educação com a produção material etc” (MARX, ENGELS, 2008, p.46).

A seção subsequente, que encerra o referencial teórico da pesquisa, expomos uma síntese sobre a experiência educacional vivenciada pela Rússia no contexto da Revolução, na

qual se pode visualizar a implementação de uma pedagogia contra-hegemônica.

2.3 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SOVIÉTICA

O propósito desta seção é construir uma síntese das principais contribuições da educação soviética para a construção de uma Pedagogia Socialista, isto é, de uma concepção de educação que se propõe transformadora das estruturas sociais. Para tanto, se faz necessária uma contextualização histórica de um período marcante para a construção de suas bases: a Revolução Russa de 1917 (também denominada “Revolução de Outubro”).

Primeiramente, torna-se importante esclarecer os antecedentes históricos que culminaram na Revolução: 1) A revolta ocorrida em 1905 em São Petersburgo, na qual manifestantes, que reivindicavam melhores condições de trabalho, reformas econômicas e o fim dos privilégios exclusivos da monarquia czarista, realizaram um protesto até o Palácio de Inverno com o objetivo de entregar uma petição ao então Czar Nicolau II, que em resposta à manifestação autorizou a polícia a atirar contra a multidão, resultando na morte de milhares de pessoas, em um episódio que ficou conhecido como “Domingo Sangrento”; 2) O Fracasso da Rússia na Primeira Guerra Mundial, que eclodiu em 1914 e acentuou a desaprovação popular da monarquia Czarista, cuja utilização de recursos na guerra promoveu o agravamento da situação de miséria no país. Dado o cenário devastador, os dirigentes do Partido Operário Social Democrata Russo⁷ (POS DR) vislumbraram a oportunidade de construir uma revolução, convocando os operários e camponeses, que eram altamente explorados, ao engajamento na luta pela tomada de poder (LÓPEZ, 2021).

Abreu (2015, p. 332) destaca que a Revolução Russa pode ser compreendida como “[...] uma conquista dos trabalhadores, concretizada com a chegada ao poder, pela primeira vez, de um partido representativo da classe operária – os bolcheviques –, o que significou uma importante virada na História ao romper com a unidade capitalista e instituir a polarização entre socialistas e capitalistas no mundo moderno”.

⁷ O crescimento industrial favoreceu o relacionamento com a Europa Ocidental contribuindo para a emergência de novas correntes políticas opositoras a monarquia czarista. Entre essas correntes opositoras destaca-se o Partido Operário Social Democrata, com inspiração marxista (Conjunto de ideias desenvolvidas por Karl Marx (1818-1883), centradas na crítica da exploração capitalista e na defesa da construção do socialismo). Esse partido, unido com outras correntes socialistas que lutavam contra a ditadura czarista, foi violentamente perseguido pela polícia política (PORTAL EDUCAÇÃO, 2020).

Desse modo, os revolucionários do período tinham por objetivo a constituição de uma nova sociedade, que efetivasse os ideais de fraternidade e igualdade, propagados pelas revoluções burguesas. Portanto, os esforços deveriam ser concentrados na supressão da alienação, sendo esta uma barreira para a consolidação de uma sociedade de base socialista (ABREU, 2015).

Ademais, Gonçalves (2020, p.144) enfatiza que “os pedagogos revolucionários dos anos iniciais, que criticavam a forma de escolarização czarista como tradicional e elitista, encontraram no diálogo entre marxismo e ativismo pedagógico o respaldo teórico para a reflexão educacional”.

Considerado como o grande expoente da Revolução de Outubro, em virtude de sua liderança no processo, Vladimir Ilitch Ulyanov (1870-1924), ou simplesmente Lênin (1902), evidenciou em seus escritos a necessidade de fomentar uma educação de caráter político. Sendo assim, os objetivos prioritários para a implementação de uma “educação para o comunismo” se concentrariam em erradicar o analfabetismo na Rússia, elevar o nível cultural da população e promover a eletrificação do sistema produtivo, tarefas que demandavam tempo (não poderiam ser instantâneas) e esforços concentrados (especialmente à União da Juventude), dado o cenário apresentado pelo país na presente conjuntura: uma massa ignorante e analfabeta. Portanto, a construção de uma sociedade socialista só seria possível se houvesse a união da educação à luta dos trabalhadores contra os exploradores, ou seja, articulando-se o estudo teórico ao trabalho prático (BITTAR; FERREIRA, 2011).

Borges Netto e Lucena (2021) destacam cinco pontos fundamentais que expressam o pensamento educacional de Lênin, especialmente no que tange à formação da classe trabalhadora: 1) Necessidade de conscientizar a juventude acerca das condições e objetos da luta disciplinada contra o capital em prol da construção da revolução socialista; 2) A construção de uma nova sociedade requer uma formação humana que seja comprometida com os interesses do proletariado, tendo a revolução como um ideal a ser alcançado; 3) A educação (escolar ou não) não deve estar separada (programaticamente e ideologicamente) da luta política da classe trabalhadora contra o capital; 4) A educação socialista deve ser capaz de ofertar ao proletariado uma formação humana que possibilite a constituição de um pensamento classista e uma cultura proletária cuja reprodução seja viável em condições de autonomia intelectual; 5) As organizações de representação da classe trabalhadora possuem um papel fundamental para desenvolver o potencial educativo, formativo e organizativo

destes indivíduos.

Bittar e Ferreira (2011, p. 385) lançam luz a duas questões fundamentais refletidas por Lênin (O que aprender e como aprender?):

[...] ele insiste em que todo jovem que se dizia comunista tinha obrigação de nutrir-se de todos os conhecimentos elaborados pela “ciência burguesa” superando-os, pois se a tarefa era edificar a sociedade comunista, eles só poderiam cumpri-la possuindo todos os conhecimentos modernos, sabendo transformar o comunismo de fórmulas, conselhos, receitas, prescrições e programas já feitos e aprendidos de cor em algo de vivo que dá unidade ao vosso trabalho imediato, transformar o comunismo em guia do vosso trabalho prático.

Em síntese, a preocupação central de Lênin (1902) consistiu em interpretar a sociedade russa vigente e transformá-la, mediante o conhecimento e análise das condições concretas da Rússia para então, munido de um arsenal de informações estratégicas, rumo ao comunismo.

Outra figura central na construção de uma pedagogia socialista foi Nadja Krupskaya (1869-1939), a quem coube a tarefa de reorganizar a Instrução Pública sob os princípios da Revolução. Também, foi companheira de vida e militância de Lênin. Para a revolucionária, uma educação que se propõe socialista e emancipadora deve buscar o desenvolvimento múltiplo (físico, intelectual, cultural, emocional, ético, estético, técnico e político) das crianças e jovens de ambos os sexos. Krupskaya ainda se debruçou sobre uma questão que considerava fundamental para a consolidação de uma nação socialista: a emancipação das mulheres. Desse modo, para alcançar tal objetivo, as ações educacionais deveriam focalizar na erradicação do analfabetismo entre as mulheres, garantido o acesso das mesmas aos estudos; enfrentar de um “novo modo” questões milenares que afetam as mulheres, tais como: conceito de matrimônio, maternidade e família; papel e tarefas da mulher; saúde e direitos etc. (SAVIANI, N., 2012).

Nereide Saviani (2012), ao analisar os 55 volumes que compõem suas obras completas, identificou que, embora não houvesse escrito trabalhos específicos sobre Educação, Krupskaya dedicou-se a reflexões acerca das questões educacionais, destacando-se as seguintes: crítica ao modelo de educação burguesa; denúncia à precária situação da educação dos trabalhadores (na Rússia e em outros países); reflexões acerca dos desafios a serem enfrentados (analfabetismo/alfabetização; ensino e trabalho produtivo; organização de bibliotecas públicas; a imprensa a serviço da educação; os manuais escolares; tarefas da juventude; formação do magistério; discussão de princípios, diretrizes e propostas para uma

educação comunista; análise das experiências pedagógicas, do movimento estudantil e docente, da relação da educação com outras esferas da vida social), dentre outras.

Em relação ao papel da Escola para a efetivação dos propósitos da revolução, com base em Krupskaya, Saviani (2012, p.31) afirma que:

A escola se apresenta como meio privilegiado para essa educação. Mas ela, sozinha, não pode dar conta de todos os desafios. Tem, necessariamente, de relacionar-se com as organizações estudantis, de docentes e outras (como a União de Mulheres, os Sindicatos). Mesmo no que lhe diz respeito diretamente – os programas das matérias e seu ensino – não pode restringir seu espaço: as atividades escolares devem associar-se a atividades extraescolares, devidamente orientadas, com tarefas que possibilitem o exercício da responsabilidade e da autonomia, segundo as condições e possibilidades das crianças e dos jovens.

Sartori (2021) enfatiza que a proposta de educação soviética pós-revolução preza por uma articulação profunda das ações escolares com o mundo do trabalho, na qual os estudantes deveriam se engajar na aprendizagem de conteúdos relacionados com sua realidade cotidiana. Desse modo, os programas escolares passaram a ser organizados em uma estrutura denominada de complexos, cujo objetivo principal é promover a conexão de um determinado eixo temático com a realidade social concreta e o âmbito do trabalho. O referido autor, com base na revisão dos programas oficiais da URSS, apresenta um resumo dos princípios que regem o modelo dos complexos:

§1A Escola jamais foi apolítica; §2 Deve-se despertar na criança o interesse pelos assuntos da atualidade por meio de formação científica, teórica e prática na coletividade; §3A pedagogia se basearia sempre no trabalho e no internacionalismo; §4 Os programas não são feitos por matéria, mas por complexos [...] o conjunto dos fenômenos concretos, tomados da realidade e agrupados em torno duma ideia ou tema central e definido; §5 A escola deveria se organizar, principalmente, através da prática e atividade pessoal dos estudantes; §6 Os métodos de trabalho pedagógico primam pela noção de coletivo organizado; §7 O programa baseia-se no estudo da vida local; §8º professor seria o parceiro mais velho de seus estudantes (URSS, 1935, p. 26 e 30 apud SARTORI, 2021, p. 72-73).

Um aspecto a ser evidenciado na organização por complexos de ensino refere-se ao trabalho pedagógico e à gestão escolar, que necessitariam de ajustes para incorporar uma maior participação dos estudantes nas reuniões e assembleias periódicas, fortalecendo assim a auto-organização/autogestão dos coletivos escolares (SARTORI, 2021).

Após a exposição de alguns princípios norteadores da pedagogia socialista elaborados por pensadores revolucionários, é imprescindível destacar alguns avanços em matéria de educação alcançados após a Revolução de 1917, mesmo diante das limitações e contradições postas: elevação do nível de alfabetização da população, construção de bibliotecas públicas,

abolição da velha escola Czarista pautada em conteúdos religiosos, nacionalistas, métodos adestradores, e, concomitantemente, a emergência de uma concepção pedagógica com base marxista, que foi implementada graças as políticas educacionais desenvolvidas pelo Comissariado de Instrução Popular, materializadas através das escolas experimentais (ABREU, 2015). Já no âmbito social, o processo revolucionário assegurou a jornada de trabalho com limite de 8 horas, equiparação salarial entre homens e mulheres, garantia de assistência médica, direito à habitação, além da elaboração de uma legislação progressista que legitima uma gama de direitos às mulheres crianças e jovens, dentre os quais: igualdade de direitos civis e políticos, direito ao divórcio, ao aborto legal e gratuito, socialização do trabalho doméstico mediante lavanderias, creches e restaurantes públicos, fomento às artes e a ciência (BAHNIUK; DALMAGRO, 2021).

Bittar e Ferreira (2011) comentam os resultados positivos alcançados pelo projeto educacional revolucionário, apontando que “No domínio da instrução pública, por exemplo, a população alfabetizada cresceu de 32%, em 1920, para 40% nos fins de 1926. Nas aldeias funcionavam mais de 22 mil salas de aulas; o rádio e o cinema começaram a incorporar-se aos hábitos dos camponeses” (BITTAR; FERREIRA, 2011, p. 380).

No Manifesto do Partido Comunista (1848), Marx e Engels sublinham aspectos que constituem sua concepção de educação, dentre os quais, o Ensino público e gratuito para todas as crianças, abolição do trabalho infantil nas fábricas (de acordo com o modelo vigente na época) e a unificação do ensino com a produção material (BITTAR, FERREIRA, 2011; SAVIANI, D., 2011).

Já na obra “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (2007) expõem a necessidade de desvelamento das contradições da sociedade capitalista, como uma forma de crítica à ideologia, enfatizando que a necessidade de superar as concepções empiristas (história como uma coleção de fatos sem vida) e idealistas (ações imaginárias de sujeitos imaginários). Para tanto, torna-se imprescindível compreender o funcionamento da própria sociedade (BITTAR; FERREIRA, 2011).

Em suma, é preciso levar em consideração que, mesmo diante de um contexto marcado por uma guerra civil, a Educação foi colocada como prioridade pelos revolucionários, haja vista que o segundo maior orçamento estatal foi aplicado na instrução da população, conforme apontado pelos supracitados autores.

Por fim, Bittar e Ferreira (2011, p. 393) sintetizam de forma objetiva o caráter da educação soviética:

Uma educação que vislumbrava a construção de uma sociedade sem exploração, a formação integral do ser humano e fortemente ancorada nas condições materiais de sua época. Uma educação nascida daquelas condições e ao mesmo tempo pensada e praticada para superá-las.

Em vias de conclusão, reforça-se que a presente seção não esgota a abordagem das vertentes teóricas que constituem as bases de uma pedagogia socialista, haja vista que o objetivo da seção consistiu em uma síntese do panorama geral e contribuições para análise no tempo presente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados e posteriormente discutidos os resultados dos levantamentos bibliográficos realizados nas seguintes plataformas⁸, entre a segunda quinzena de novembro e primeira semana de dezembro de 2021: 1) Base *Scielo*; 2) Revista HISTEDBR; 3) Portal de Periódicos da Capes e 4) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Conforme especificado na seção de Metodologia, os termos escolhidos para a formulação das buscas foram identificados mediante análise da literatura do campo da Educação e Ciências Sociais Aplicadas e Tesouro Brasileiro de Educação, com base na inter-relação ao conceito objeto da pesquisa, sendo estes: Educação Política, Alfabetização Política, Letramento Político, Formação Política, Socialização Política, Educação Cívica, Educação para a Cidadania, Educação para a Democracia, Educação Soviética, Pedagogia Socialista e Ensino de Política. Com fins de ampliar as possibilidades de recuperação, formularam-se algumas estratégias (combinações) de busca utilizando-se operador booleano AND⁹.

Em relação aos critérios para as buscas, foram utilizados: o recorte temporal decenal (2010-2021), as aspas para obtenção de resultados mais aproximados de termos compostos (expressão “educação política”, por exemplo) e os filtros assunto e título para uma recuperação mais precisa. Os critérios de seleção focalizaram especialmente na pertinência da temática dos documentos ao objeto da pesquisa, isto é, esses deveriam abordar: a) estudo teórico/revisões sobre o conceito de educação política e terminologias correlatas; b) pesquisas que avaliem a implementação de programas e ações de educação política em escolas de Ensino Fundamental e Médio; c) documentos em língua portuguesa; d) revisões de literatura sobre a experiência da Pedagogia Socialista/ Educação Soviética, com fins de identificar as potencialidades e limites no que diz respeito à articulação entre o currículo e a educação política.

⁸ Destaca-se que durante o processamento das buscas nas referidas bases foram identificadas duplicações de registros, o que exigiu uma revisão atenta dos resultados obtidos.

⁹ Os Operadores Booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO e, a fim de facilitar a visualização da busca, é importante que estes sejam escritos em letras maiúsculas. O operador booleano AND funciona como a palavra “E”, fornecendo a intercessão, ou seja, mostra apenas artigos que contenham todas as palavras-chave digitadas, restringindo a amplitude da pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, 2020).

3.1 ARTIGOS CIENTÍFICOS¹⁰

As buscas empreendidas nas bases de dados mencionados seguiram um padrão metodológico, no qual foram elaboradas quinze buscas, dentre as quais 11 com os termos (palavras-chave) unitários com uso de aspas e quatro articulando combinações com o uso do operador booleano AND, cujos resultados serão apresentados e comentados a seguir:

Quadro 2- Busca realizada no *Scielo* Brasil¹¹

Palavras-chave	Resultados (apenas uso das aspas)	Aplicação Filtro Título	Artigos selecionados
Educação política	16	3	2
Alfabetização política	0	0	0
Letramento político	0	0	0
Formação política	24	10	0
Socialização política	17	10	0
Educação cívica	7	3	1
Educação para a cidadania	24	3	1
Educação para a democracia	6	0	0
Educação Soviética	1	1	1
Pedagogia socialista	1	1	0
Ensino de política	1	1	0
Educação política AND ensino fundamental	0	0	0
Formação política AND ensino médio	1	0	1
Formação	0	0	0

¹⁰ Alguns artigos foram localizados em mais de uma base (*Scielo* e Portal de Periódicos Capes), desse modo, a duplicação foi desconsiderada.

¹¹ A Base *Scielo* não possui o filtro assunto como mecanismo de refinamento das buscas, motivo pelo qual o quadro acima não o apresenta.

política AND ensino fundamental			
Educação política AND ensino médio	0	0	0
Total	6		

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a leitura dos resumos e verificação dos artigos previamente identificados como pertinentes à temática da pesquisa na Base *Scielo* Brasil (especialmente após o uso do filtro título), foram selecionados 6 artigos, com base nos critérios de inclusão mencionados anteriormente. Observa-se nessa seleção uma variedade de temáticas: Contribuição da filosofia para a formação política dos estudantes (Severino, 2010), Experiência do Programa Parlamento Jovem (Sampaio e Siqueira, 2013), Educação Soviética (Bittar e Ferreira Jr, 2015), Relação entre a educação e a legislação (Barros, 2016), Estudo sobre as ocupações por estudantes secundaristas (Catini e Mello, 2016) e, por fim, uma revisão histórica e comparativa (Oliveira e Bianchini, 2017). O quadro abaixo apresenta as informações sobre tais artigos:

Quadro 3- Artigos selecionados – Scielo Brasil

Artigos selecionados – Busca Scielo Brasil			
Título	Autores (as)	Ano publicação	Revista
Formação política do adolescente do Ensino médio: a contribuição da filosofia	SEVERINO, A. J.	2010	Pro-Posições
Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais	SAMPAIO, T.; SIQUEIRA, M.	2013	Opinião Pública

Ativismo pedagógico e princípios da escola do trabalho nos primeiros tempos da educação soviética	BITTAR, M.; FERREIRA JR, A.	2015	Revista Bras. Educ.
Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática	BARROS, A. T. de.	2016	Educação e Sociedade
Escolas de luta, educação política	CATINI, C. de R.; MELLO, G. M. de	2016	Educação e Sociedade
Educação política no Brasil e na Itália: duas histórias, muitos problemas comuns	OLIVEIRA, M. A. T. de; BIANCHINI, P.	2017	Hist. Educ. (Online), Porto Alegre

Fonte: Elaborado pelo autor

-

Na Revista HISTEBR, ao utilizar o termo “educação política” (com aspas) e o recorte temporal (2010-2021), foram recuperados 27 artigos, contudo, após a leitura do resumo e verificação das palavras-chave, apenas três artigos foram identificados como pertinentes ao escopo da pesquisa (com base nos critérios de exclusão explicitados no início do capítulo). Ao realizar novas buscas com os demais termos, outros artigos foram adicionados. Porém, adotando os referidos critérios de inclusão/exclusão, somente três foram selecionados deste segundo bloco.

Convém destacar que a supracitada revista não oferece mecanismos de filtro (título e assunto), o que tornou o processo de análise dos artigos mais minucioso.

Quadro 4- Busca realizada na Revista HistedBr Online

Palavras-chave	Resultados (apenas uso das aspas)	Artigos selecionados
Educação política	27	3
Alfabetização política	0	0
Letramento político	0	0
Formação política	2	0
Socialização política	1	0
Educação cívica	2	0
Educação para a cidadania	0	0
Educação para a democracia	0	0
Educação Soviética	2	0
Pedagogia Socialista	3	3
Ensino de política	1	0
Educação política AND ensino fundamental	0	0
Educação política AND ensino médio	2	0
Formação política AND ensino médio	0	0
Formação política AND ensino fundamental	0	0
Total		5

Fonte: Elaborado pelo autor

Destaca-se que quatro dos cinco artigos selecionados estão relacionados com a experiência da Pedagogia Socialista, implementada na Antiga União Soviética. Para fins de esclarecimento, ressalta-se que o artigo de Abreu (2015) foi recuperado duas vezes, mediante a utilização das palavras chave “educação política” e “pedagogia socialista”, o que justifica a

soma de seis artigos apresentados no quadro.

Quadro 5- Artigos selecionados – Revista HISTEDBR

Artigos selecionados – Busca Revista HistedBR Online			
Título	Autores (as)	Ano publicação	Revista
Os intelectuais e a revolução	FREITAS, F. M. de C.	2012	HistedBR Online
Teoria crítica e educação política em Theodor Adorno	GOMES, L. R.	2012	HistedBR Online
Trabalho e educação na construção da Rússia socialista	AMBONI, V.; BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S.	2013	HistedBR Online
O legado educacional da transição russa: elementos para análise da política educacional do período pós-revolucionário	ABREU, M. da G. R.	2015	HistedBR Online
Makarenko, pedagogo do extremo e da alegria de educar	BAIA, S. F.; MACHADO, L. R. de S.	2019	HistedBR Online

Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, uma nova série de buscas foi realizada no Portal de Periódicos CAPES, seguindo os mesmos critérios anteriormente aplicados. Os resultados obtidos estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 6- Busca realizada no Portal de Periódicos CAPES

Palavras-chave	Resultados (apenas uso das aspas)	Aplicação Filtro Título	Aplicação Filtro Assunto	Artigos selecionados
Educação política	662	47	94	1
Alfabetização política	19	4	4	0
Letramento político	10	1	0	0
Formação política	37	10	40	1
Socialização	189	35	21	0

política				
Educação cívica	211	7	9	0
Educação para a cidadania	374	47	28	0
Educação para a democracia	68	12	3	0
Educação soviética	13	2	1	0
Pedagogia Socialista	77	14	13	7
Ensino de política	13	3	2	1
Educação política AND ensino fundamental	0	0	0	0
Educação política AND ensino médio	0	0	0	0
Formação política AND ensino fundamental	101	0	0	0
Formação política AND ensino médio	128	2	1	1
Total			11	

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a etapa de verificação e leitura dos resumos, foram selecionados 11 artigos, dentre os quais 10 referem-se à temática da Pedagogia Socialista, sob uma perspectiva de análise histórica. O único artigo dissonante (Botelho, Fonseca e Bustamante, 2019) discute a implementação do ensino de direito e política na educação básica.

Quadro 7- Artigos selecionados – Portal de Periódicos CAPES

Artigos selecionados – Busca Portal de Periódicos CAPES			
Título	Autores (as)	Ano publicação	Revista
Marxismo e Educação: contribuição ao debate sobre a teoria educacional e transição	TAFFAREL, C. N. Z.	2012	HistedBR Online
A Pedagogia Socialista de Makarenko: notas pedagógicas	MAIA, L. A.	2015	Revista Dialectus
Marxismo, Educação e Pedagogia Socialista	TONET, I.	2016	Geminal: Marxismo e Educação em Debate
A Pedagogia socialista como possibilidade de superação da Pedagogia Toyotista: contribuições do materialismo histórico-dialético	BARROS, M. S. F.; VICENTINI, D.	2017	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
A Pedagogia Socialista de Moisey Pistrak no centenário da Revolução Russa: contribuição pelo olhar da História e da Sociologia da Educação	GOLOVATY, R. V.	2017	História e Cultura
Caminhos da educação socialista	CIAVATTA, M.	2018	Trabalho Necessário
Escola única do Trabalho Pós-revolução russa de 1917 e o trabalho como princípio educativo	LEITE, V. de J.; BORGES, L. F. P.	2018	Geminal: Marxismo e Educação em Debate
Pedagogia socialista soviética:	MATOS E SILVA, L. M. de;	2018	Educere et Educare

categorias que se articulam na construção de uma nova escola para uma nova sociedade	GEHRKE, M.		
Inspirações da Rússia revolucionária: potencialidades da pedagogia do meio para a educação de jovens e adultos trabalhadores	VENTURA, J. P.; OLIVEIRA, F. G.	2018	Germinal: Marxismo e Educação em Debate
A implantação do ensino de política e direito nas escolas públicas	BOTELHO, A. C.; FONSECA, J. H.; BUSTAMANTE, G.A.	2019	Percurso Acadêmico
Os desafios da construção da Pedagogia Socialista em tempos de ofensiva do capital e crise sanitária	BAHNIUK, C.	2021	Revista Linhas

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar uma diferença encontrada durante as buscas realizadas no Scielo e no Portal de Periódicos Capes: Enquanto o primeiro preza por critérios mais rigorosos no processo de indexação de artigos, o portal CAPES abre possibilidades para que artigos de revistas com *qualis* inferiores sejam publicados, demarcando uma outra possibilidade de filtro: artigos revisados por pares.

Por fim, embora as buscas com o termo educação política recuperassem um número expressivo de artigos (especialmente no Portal de Periódicos Capes), ao analisar o título e resumo dos mesmos, observou-se que não eram pertinentes para o escopo da pesquisa (descritos no início do capítulo), haja vista que grande parte se referia à temática de “políticas de educação”, que compreende as políticas públicas de financiamento e organização dos Sistemas de Educação. Além disso, alguns artigos pertinentes já haviam sido recuperados em buscas anteriores (No *Scielo* e Revista HISTEDBr) e, por fim, constatou-se que um número

significativo de registros estavam duplicados ou triplicados, evidenciando um problema estrutural do portal no que diz respeito ao processo de indexação e inserção dos registros.

Considerando todas as bases consultadas, após a adoção dos critérios de seleção, chegou-se ao total de 22 artigos (vide p.68 – Lista especial de referências- artigos selecionados para análise)

3.2 TESES E DISSERTAÇÕES

Com a finalidade de identificar pesquisas acadêmicas relacionadas ao conceito de educação política e as terminologias correlatas já mencionadas, empreendeu-se uma série de buscas, utilizando as mesmas palavras-chave e critérios na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos resultados recuperados.

Quadro 8- Busca realizada na BDTD

Palavras-chave	Resultados (apenas uso das aspas)	Aplicação Filtro Título	Aplicação Filtro Assunto	Teses/ dissertações selecionadas
Educação política	618	18	84	4
Alfabetização política	12	0	3	0
Letramento político	9	1	1	0
Formação política	305	48	33	4
Socialização política	38	7	17	2
Educação para a cidadania	163	31	9	0
Educação para a democracia	25	3	2	1
Educação cívica	16	1	2	0
Educação soviética	5	2	0	3
Pedagogia socialista	27	5	6	2
Ensino de política	232	27	4	0
Educação política AND	98	0	3	0

ensino fundamental				
Educação política AND ensino médio	67	0	6	1
Formação política AND ensino médio	15	3	2	3
Formação política AND ensino fundamental	20	0	0	2
Total	17			

Fonte: Elaborado pelo autor

Posteriormente, a leitura exploratória do resumo e das palavras-chave acarretou na seleção final de 17 documentos, sendo 15 dissertações e 2 teses, cujas informações descritivas serão apresentadas no quadro a seguir. Conforme ocorrido nas buscas anteriores (artigos científicos), algumas pesquisas foram recuperadas mediante o uso diferentes palavras-chave, gerando duplicação de registros, fator que justifica um número maior no quadro (22) em comparação ao selecionado (17).

Quadro 9- Dissertações/ Teses selecionadas – BDTD

Teses e dissertações – Busca 2 BDTD			
Título / Tipo Tese (T) ou Dissertação (D)	Autor (a)/ orientador (a)	Ano defesa	Programa de Pós- Graduação/ Universidade/ Grupo de Pesquisa (GP)¹²
O pensamento pedagógico socialista: reflexões sobre a experiência educacional desenvolvida na Rússia pós-revolucionária e suas contribuições para o projeto educacional da sociedade contemporânea (D)	Malila da Graça Roxo Abreu (autora) Francisca das Chagas Silva Lima (orientadora)	2011	Educação/ Universidade Federal do Maranhão (GP) História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR - GT-Maranhão (autora) (GP) Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana – UFMA (orientadora)
O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos (D)	Amália Galvão Idelbrando (autora) Helena Machado de Paula (orientadora)	2012	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política Sociedade/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Obs: autora não está cadastrada em nenhum GP (GP) Gestão e Políticas Públicas da Educação – PUC/SP (orientadora)

¹² A consulta aos grupos de pesquisa foi realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil-CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

<p>Educação política como standard mínimo vital do direito à educação na Constituição de 1988 (D)</p>	<p>Cláudia Maria Las Casas Brito Lamas (autora)</p> <p>Vidal Serrano Nunes Júnior (orientador)</p>	<p>2012</p>	<p>Direito/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p> <p>(GP) Grupo de Estudos em Direito, Análise, Informação e Sistemas- PUC/SP (autora)</p> <p>(GP) GEDs- Direitos Fundamentais à luz da Doutrina Social – PUC/SP (orientador)</p>
<p>Programa Câmara Jovem: limites e possibilidades de um processo de socialização política (D)</p>	<p>Thaís Damaris da Rocha Thomazini (autora)</p> <p>Rosana Katia Nazzari (orientadora)</p>	<p>2012</p>	<p>Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná</p> <p>(GP) Grupo de Pesquisa em Governança – UNIOESTE (autora e orientadora)</p>
<p>As contribuições dos educadores bolcheviques na concretização de políticas educacionais na educação soviética (D)</p>	<p>Caroline de Melo Ferreira (autora)</p> <p>Décio Azevedo Marques de Saes (orientador)</p>	<p>2014</p>	<p>Educação/ Universidade Metodista de São Paulo</p> <p>Obs: autora não está cadastrada em nenhum GP</p> <p>(GP) Estado e Capitalismo na América Latina (UFU) – (orientador)</p>

<p>Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia (D)</p>	<p>Danilo Basile Forlini (autor)</p> <p>Maria José Fernandes da Silva (orientadora)</p>	<p>2015</p>	<p>Educação Escolar / UNESP Campus Araraquara</p> <p>(GP) Trabalho Docente, suas relações com o universo escolar e a sociedade – UNESP/ Araraquara (autor e orientadora)</p>
<p>Trabalho, práxis e escola: elementos de uma formação revolucionária (D)</p>	<p>Iziane Silvestre Nobre (autora)</p> <p>Justino de Sousa Junior (orientador)</p>	<p>2015</p>	<p>Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira / Universidade Federal do Ceará</p> <p>(GP) Práxis, Educação e Formação Humana – UECE (autora)</p> <p>(GP) Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação – UFPA (orientador)</p>
<p>Cidadania desigual : socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS (D)</p>	<p>Felipe Bortoncello Zorzi (autor)</p> <p>Cesar Marcelo Baquero Jacome (orientador)</p>	<p>2016</p>	<p>Pós- Graduação em Ciência Política/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p> <p>(GP) – Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo da socialização política dos jovens no Sul do Brasil – UFRGS</p>

			(autor e orientador)
Iniciativa de três escolas de ensino médio na formação política de seus alunos, na perspectiva destes (D)	Jorge de Oliveira Vieira (autor) Sergio Vasconcelos de Luna (orientador)	2017	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (GP) Análise do comportamento: pesquisa e intervenção- PUC/SP (autor e orientador)
Educação política e educação escolar: análise do Projeto Cidades Educadoras(D)	Daniel José da Cunha (autor) André Silva Martins (orientador)	2019	Educação/ Universidade Federal de Juiz de Fora (GP) Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Educação e Política Educacional – UFJF (orientador)
Movimento das ocupações escolares: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão-PR(D)	Franciele Maria David (autora) Suely Aparecida Martins (orientadora)	2019	Educação/Universidade e Estadual do Oeste do Paraná (GP) Sociedade, Trabalho e Educação - UNIOESTE (autora e orientadora)
O pensamento pedagógico de Nadezhda krupskaya: contribuições para	Kerginaldo Luiz de Freitas (autor)	2019	Educação/ Universidade Estadual do Ceará

uma pedagogia socialista no contexto da revolução russa (D)	Ruth de Paula Gonçalves (orientadora)		(GP) Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade - Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA-CE (autor) (GP) Ontologia Marxiana e Educação – UFC (orientadora)
A educação política grega como inspiração para novas práticas do agir político (D)	Bruno Pontes de Sousa (autor) Karen Franklin da Silva (orientadora)	2019	Filosofia/ Universidade Federal do Paraná Obs: autor não está cadastrado em nenhum GP (GP) Archai: As origens do pensamento ocidental – UnB (orientadora)
Contribuições da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política de jovens de assentamentos do município de Abelardo Luz/SC (D)	Joarez Luiz Wegher (autor) Suely Aparecida Martins (orientadora)	2019	Educação/Universidad e Estadual do Oeste do Paraná (GP) Sociedade, Trabalho e Educação - UNIOESTE (autor e orientadora)
A Primavera dos Estudantes: ocupação de escolas e processos de formação política (T)	Gustavo Coelho Farias (autor) Marcelo Kunrath Silva (orientador)	2020	Pós- Graduação em Sociologia/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul Obs: autor não está

			<p>cadastrado em nenhum GP</p> <p>(GP) Associativismo, contestação e engajamento – UFRGS (orientador)</p>
Escolas ocupadas e formação política: da luta estudantil à reação conservadora (D)	<p>Ana Carolina de Assis Fulfaro (autora)</p> <p>Carolina de Roig Catini (orientadora)</p>	2020	<p>Pós-Graduação em Educação/ Universidade Estadual de Campinas</p> <p>(GP) Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social – UNICAMP (autora e orientadora)</p>
História da educação soviética: ação como processo de aprendizagem (T)	<p>Leandro Sartori Gonçalves (autor)</p> <p>Olinda Maria Noronha (orientadora).</p>	2020	<p>Educação/ Universidade Estadual de Campinas</p> <p>(GP) Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil e na América Latina – HISTEDBR Baixada Fluminense- UERJ (autor)</p> <p>(GP) HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil – UNICAMP (orientadora)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação às dissertações e teses selecionadas, apontamos os seguintes destaques:

-12 pesquisas foram elaboradas em Programas de Pós-Graduação em Educação: Abreu (2011), Idelbrando (2012), Ferreira (2014), Forlini (2015), Nobre (2015), Vieira (2017), Cunha (2019), David (2019), Freitas (2019), Wegher (2019), Fulfaro (2020) e Gonçalves (2020);

-3 pesquisas foram elaboradas em Programas de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Ciência Política e Sociologia: Thomazini (2012), Zorzi (2016) e Farias (2020);

-1 pesquisa elaborada em Programa de Pós- Graduação em Direito: Lamas (2012);

-1 pesquisa elaborada em Programa de Pós- Graduação em Filosofia: Sousa (2019).

No que tange às Instituições de Ensino Superior (IES) nas quais foram elaborados as pesquisas:

-13 são provenientes de Universidades públicas;

- 4 são provenientes de Universidades privadas.

Em relação à distribuição geográfica dos trabalhos:

- 8 são provenientes de IES localizadas na Região Sudeste (Sendo 7 no Estado de São Paulo);

-6 são provenientes de IES localizadas na Região Sul;

-3 são provenientes de IES localizadas na Região Nordeste.

Ressalta-se que dentre os trabalhos selecionados, nenhum foi produzido em Programas de Pós-Graduação vinculados à Universidade Federal de São Carlos.

Em relação ao gênero dos autores (as) das dissertações e teses, identificou-se certa paridade, haja vista que nove trabalhos possuem autoria de homens e oito sob autoria de mulheres.

Já no que diz respeito aos orientadores (as) das pesquisas, identificou-se que dez foram orientadas por mulheres e sete por homens. Registra-se que há a Profa. Dra. Suely Aparecida Martins foi responsável pela orientação de duas pesquisas: as dissertações de David e Wegher, ambas defendidas em 2019.

Ademais, destaca-se que dentro do recorte analisado, o ano de 2019 foi o que mais registrou pesquisas (5), seguido por 2012 e 2020 (3 em cada ano).

A consulta ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) revelou que quatro dos 17 autores (as) dos trabalhos não estão cadastrados em nenhum grupo de pesquisa: Idelbrando (2012), Ferreira (2014), Sousa (2019) e Farias (2020).

Em resposta a um dos objetivos específicos propostos pela monografia, foi verificada a ocorrência de teses e/ou dissertações sobre os limites e potencialidades da abordagem da educação política no Ensino Fundamental e Médio. Dentre a totalidade dos trabalhos selecionados, destacamos:

- 3 pesquisas cujo público-alvo foram estudantes do Ensino Fundamental (Anos Finais) -: Idelbrando (2012), Pontes (2019) e Sousa (2019)

- 8 pesquisas cujo público-alvo foram estudantes do Ensino Médio: Thomazini (2012), Forlini (2015), Zorzi (2016), Vieira (2017), David (2019), Whegher (2019), Farias (2020), Fulfaro (2020).

-6 pesquisas de base teórica: Abreu (2011), Lamas (2012), Ferreira (2014), Nobre (2015), Freitas (2019) e Gonçalves (2020).

3.3 CATEGORIAS CONCEITUAIS

Após a apresentação dos resultados do levantamento bibliográfico e seleção dos artigos, teses e dissertações identificados como relevantes para a temática da pesquisa, realizou-se uma categorização/subcategorização dos conceitos de educação política de acordo com as seguintes perspectivas: a) Não críticas; b) Críticas.

A concepção teórica que norteou a construção das categorias se encontra na obra *Escola e Democracia* de Demerval Saviani (1999- 32. ed.), na qual o supracitado autor apresenta no capítulo 1 uma síntese das teorias da educação que emergiram a partir do final do século XIX com o objetivo de solucionar o problema da marginalidade social, dentre as quais, a pedagogia tradicional, a pedagogia tecnicista e a pedagogia nova e posteriormente, propõe a categorização destas em teorias não críticas e críticas. Basicamente, as teorias não críticas compreendem a educação como um instrumento de equalização social, logo, através da mesma vislumbra-se a superação da condição de marginalidade. Os conflitos sociais são considerados meras disfuncionalidades de um sistema social não raro compreendido como harmônico. Por outro lado, as teorias críticas visualizam a educação como um mecanismo de legitimação da discriminação social. São mencionados autores como Bourdieu e Althusser. Em tais perspectivas se faz presente a denúncia da educação como colaboradora da dualidade escolar e da intensificação da marginalidade e das desigualdades sociais.

Enfatiza-se que a estrutura da sociedade é marcada por uma divisão em grupos e/ou classes com interesses antagônicos, cuja relação é permeada por uma série de desigualdades

sociais, econômicas e culturais (classes dominantes x classe dominadas; capital x proletariado), assim como por processos de exploração e expropriação. O autor considera importante as denúncias de Bourdieu e Passeron (1992) e Althusser (1992), mas denomina suas proposições como crítico-reprodutivistas. Para ele, se faz necessário considerar que a escola é local não somente da reprodução, mas também de reprodução das contradições sociais, de modo a apostar numa perspectiva por ele proposta, denominada pedagogia histórico-crítica, na qual se buscaria tensionar a contradição no sentido da emancipação, humanização e desalienação (SAVIANI, 1999).

Com base na concepção acima descrita, apresenta-se a seguir uma descrição das perspectivas e subcategorias adotadas:

Perspectiva não crítica – Restringe-se à disseminação de conhecimentos acerca dos direitos e deveres individuais (Formação para a cidadania) e a estrutura de funcionamento do sistema político e dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), contribuindo para a conformação dos indivíduos ao modo de produção e socialização capitalista, haja vista que não há uma denúncia incisiva das contradições e efeitos danosos do sistema vigente.

Dentro da perspectiva não crítica, foram elencadas duas subcategorias:

a) **Neoliberal**- Pautada na defesa das liberdades individuais e na baixa intervenção estatal na regulação da Economia, visando a consolidação de um Estado Mínimo, no qual há um limite no teto de investimentos públicos, embasado por um discurso de um necessário equilíbrio dos gastos públicos (ajuste fiscal). No contexto escolar, almeja a formação de indivíduos dotados de habilidades e competências para o ingresso no mercado capitalista, contudo, com baixo fomento à capacidade crítica.

b) **Democrata-Liberal**- Focaliza na garantia dos direitos civis e políticos, sendo estes valores liberais e burgueses (liberdade, igualdade e propriedade) no interior do sistema capitalista. Entretanto, não aponta os fundamentos da estrutura social desigual, injusta e exploradora. Tende a considerar que existem anomalias sociais, mas as considera como meras disfuncionalidades e não como expressão do antagonismo capital-trabalho.

Perspectiva crítica – Para além dos conhecimentos legislativos sobre o funcionamento do sistema político (que novamente enfatiza-se, são importantes), desvela as contradições das democracias liberais (capitalistas) e almeja uma transformação social radical e a emancipação humana de todas as formas de exploração. Adota o conceito de classes sociais antagonicas e rejeita os processos de opressão e expropriação presentes nas relações sociais entre tais classes.

Dentro da perspectiva crítica, se elencou três subcategorias¹³:

a) **Emancipadora**- Sob a Perspectiva Freireana e de outros (as) teóricos (as) críticos – como Pierre Bourdieu e Louis Althusser, apontam-se os problemas estruturais, defendendo-se uma educação humanista e dialógica, na qual os indivíduos sejam libertos de todas as formas de opressão.

b) **Marxista**- Tem por base os fundamentos marxistas, como o conflito estrutural da relação Capital- Trabalho e a compreensão da historicidade das contradições e desigualdades sociais. Diz respeito à vinculação da educação com o trabalho e a formação *omnilateral* do indivíduo.

c) **Socialista**- Visa a transformação radical da sociedade, que apenas será concretizada com o fim do sistema capitalista. Busca inspiração na experiência Soviética pós-revolução de 1917.

Expostas as categorias/subcategorias, na sequência serão apresentados excertos e considerações localizados nas pesquisas que indicam adesão a uma (ou mais) perspectivas, ou, tecem críticas a uma determinada concepção de educação política.

3.4 ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS

Para subsidiar o processo de categorização das teses e dissertações selecionadas, realizou-se uma análise individualizada das pesquisas com o objetivo de identificar evidências (pistas) que possibilitassem chegar a uma conclusão quanto à perspectiva dotada. Desse modo, foram consideradas partes estratégicas para a análise: a) Introdução; b) Metodologia; c) Referencial Teórico; d) Considerações Finais; e) Lista de referências. Ademais, outro elemento contribuinte foi a análise dos Grupos de Pesquisas que os (as) autores (as) das pesquisas e seus respectivos orientadores (as) são integrantes, e a verificação do Currículo Lattes quando necessário. No que diz respeito aos 22 artigos selecionados após as buscas nas bases e revista, optou-se por não incluí-los no corpo da análise, especialmente em razão do limite temporal ao qual a pesquisa esteve condicionada.

Com o intuito de facilitar a visualização e compreensão da categorização, os resultados da análise serão assim apresentados no quadro 10:

1) Categoria Não Crítica – Subcategorias: Neoliberal (1a); Democrata-Liberal (1b);

¹³ Ressalta-se que há intersecções entre estas subcategorias, sobretudo 2b e 2c. A divisão se justifica em termos didáticos ou de esforço de maior destaque ao que mais se evidencia nos estudos selecionados.

2) Categoria Crítica – Subcategoria: Emancipadora (2a); Marxista (2b) e Socialista (2c).

Ressalta-se que a apresentação dos excertos e destaques selecionados após a leitura exploratória das pesquisas não seguirá uma ordem cronológica, mas sim por afinidade temática (blocos):

1) Educação política em uma perspectiva curricular –Lamas (2012) e Cunha (2019) ;
 2) Pesquisas realizadas em cenários diversificados – Idelbrando (2012) e Thomazini (2012);
 3) Pesquisas realizadas em espaços escolares: Forlini (2015), Zorzi (2016) e Vieira (2017) e Sousa (2019); 4) Pesquisas sobre ocupações secundaristas/ Espaços não-formais de educação política: David (2019), Wegher (2019), Farias (2020) e Fulfaro (2020); 5) Pesquisas de matriz teórica com enfoque na Educação Soviética/ Pedagogia Socialista: Abreu (2011), Ferreira (2014), Nobre (2015), Freitas (2019) e Gonçalves (2020).

Lamas (2012, p.299-300) sob o olhar do Direito, evidencia a uma lacuna histórica na sistematização de uma educação política em todas as etapas de ensino:

[...] não há uma disciplina que ensine a Constituição Brasileira de 1988 de maneira direta e específica, onde possamos desde cedo a ser ensinados sobre nossos direitos fundamentais, e sobre eles, possamos formar por um estudo racional nossas próprias opiniões, que juntamente com outras formam a opinião pública. Uma educação política e cidadã, nesse sentido, não está sendo concretizada nem no ensino básico e nem mesmo no ensino superior para áreas que não envolvam estudos de ciências jurídicas. É fato a educação política e cívica brasileira quando administrada chega aos educandos brasileiros por um ensinamento disperso e, principalmente, difundido pelas mídias de massa, sem um objetivo ou método previamente delimitado (LAMAS, 2012, p.299-300).

Embora o trabalho aponte para essa real lacuna curricular, não há elementos que a categorizem em uma perspectiva crítica.

A dissertação escrita por Cunha (2019) apresenta pontos críticos acerca da proposta de Educação política da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), possibilitando sua categorização dentro de uma perspectiva crítica, subcategoria Marxista, em virtude de o materialismo histórico-dialético ter sido a concepção teórica escolhida para a análise dos documentos. O excerto abaixo sintetiza o resultado identificado pela pesquisa:

Os preceitos de educação política para formação da cidadania apresentados pela AICE, a chamada cidadania ativa, sublima as desigualdades sociais e dificulta a compreensão das lutas de classes e das relações sociais capitalistas. A formulação idealista propõe uma cidadania sem luta social, assim, a cidadania é ancorada apenas na formalidade legal do Estado capitalista, tendo como inovação a coesão cívica e seus limites ideológicos. Com efeito, a noção de civismo é projetada como algo central. [...] o civismo corresponde a uma conduta baseada em boas maneiras e na moderação política, envolvendo a

inclusão de todos os cidadãos num mesmo “universo moral”, supostamente, sem contradições. Concluímos que não há espaço para a crítica social que vai até as raízes dos problemas no âmbito do projeto das cidades educadoras (CUNHA, 2019, p.211-212).

Idelbrando (2012) investigou a relação entre o Grêmio Estudantil de uma escola de Ensino Fundamental paulista com o processo de formação da cidadania dos estudantes. Os resultados evidenciaram a dificuldade de se instaurar uma gestão democrática em âmbito escolar. Desse modo, os dados obtidos após análise revelaram que

[...] as iniciativas da escola em relação ao Grêmio expressam uma perspectiva mais para a tutela, de reprodução, pouco ampliando a potencialidade dos alunos na participação política e na melhoria do processo educativo na escola. Aparentemente, não há estímulo à expressão da criticidade do alunado com vistas ao seu próprio desenvolvimento como cidadão. A gestão da escola, de um modo geral, não cria obstáculos para a atuação do alunado, mas também não incentiva uma contracultura no sentido de liberdade, igualdade e direitos, valendo-se da força e disposição dos alunos para a realização das tarefas.

Thomazini (2012) aponta os limites e potencialidades do Programa Câmara Jovem, implementado no município de Cascavel (PR). A autora destaca que o programa possibilita aos estudantes participantes uma aproximação do cenário político, fortalecendo a confiança dos (as) mesmos (as) nas instituições, haja vista que passam a reconhecer a importância e a influência da política na vida cotidiana. Contudo, sublinham-se alguns pontos frágeis do projeto, especialmente em relação à autonomia limitada e o vínculo com o Poder Legislativo local, que permitem classificá-lo como um espaço de aprendizagem e não de ação política dos (as) estudantes. Desse modo, tal elemento “[...] somado a falta de integração da Câmara Jovem com a comunidade escolar [...] faz com que atue na reprodução do modelo representativo e da cultura política atual” (THOMAZINI, 2012, p.128).

As pesquisas de Idelbrando (2012) e Thomazini (2012) não apresentam elementos explícitos que possibilitem a categorização/subcategorização numa primeira leitura exploratória, requerendo uma análise mais minuciosa nas entrelinhas do texto e lista de referências. Em seu arcabouço teórico, Thomazini faz uso de autores (as) que tendem a seguir uma linha bourdieusana, mas que também lançam mão de outros teóricos, como Helena Abramo e Marília Sposito, ambas sociólogas da juventude que adotam uma perspectiva teórica mais diversa ou eclética. Já no caso de Idelbrando, a autora utiliza como base teóricos vinculados a distintas perspectivas, como Gimeno Sacristán e Michael Apple, cujos campos de estudo focalizam uma abordagem crítica dos currículos escolares.

Forlini (2015, p.116) ao analisar os relatos de estudantes do ensino médio coletados

via grupos focais constatou que os (as) mesmos (as) “[...] demonstram incômodo por não ter tido conhecimentos sobre política desde cedo, desde o Ensino Fundamental, pelo menos, ainda que pelo menos mais básico, para que pudesse avançar um pouco mais no Ensino Médio”. Ou seja, os próprios estudantes têm consciência da lacuna existente em relação à educação política, inclusive há uma defesa de que tais conteúdos sejam introduzidos desde os primeiros anos de escolarização. Desse modo, “A Educação Política em âmbito escolar pode ser pensada então como um processo que permeia todas as etapas da Educação desde a infância, e que dentro da escola faria parte de um projeto constantemente trabalhado, integrando toda a comunidade escolar” (FORLINI, 2015, p.139)

Entretanto, é importante frisar que

Não se trata de afirmar que a resolução de todos os problemas deste nível de ensino esteja na Educação Política. Longe disso, as próprias discussões levantadas [...] nos levam a enxergar um quadro muito maior e complexo, que não pode prescindir de várias reflexões a partir de vários âmbitos afim de não correr o risco de acreditar em soluções simplistas. Todavia, demonstramos que há na Educação Política em âmbito escolar um potencial latente de contribuir para a produção de sentido para o Ensino Médio, visto que a dimensão da cidadania e da vida em uma democracia entremeia e ultrapassa os limites da preparação para o mercado de trabalho e a preparação para níveis de ensino subsequentes (FORLINI, 2015, p. 132).

No que diz respeito à pesquisa de Forlini, embora haja pontos em que o autor apresente críticas acerca do modo como os conteúdos têm sido disseminados (especialmente no que diz respeito à desarticulação com uma educação política) e a precarização do trabalho docente, não foram identificados referenciais Freireanos ou Marxistas, resultando em uma dificuldade/ impasse no processo de categorização. De modo semelhante ao ocorrido com as pesquisas de Idelbrando (2012) e Thomazini (2012), buscou-se analisar com maior atenção as referências utilizadas na construção do corpus teórico do trabalho. Desse modo, foram localizadas produções sob a autoria de Marília Sposito, anteriormente citada, levando a categorizar a dissertação de Forlini na perspectiva crítica/ subcategoria emancipadora.

Os resultados da pesquisa de Zorzi (2016), cujo objetivo consistiu em investigar o processo de socialização política em escolas públicas e privadas, apontaram para uma diferença significativa, haja vista que os estudantes das escolas privadas superam os estudantes de escolas públicas na maioria das variáveis de competência cívica utilizadas para a análise.

Dessa forma, confirma-se a hipótese apresentada pelo trabalho de que “no processo de socialização política, dada a grande diferença de qualidade da educação, as escolas públicas e privadas reproduzem as desigualdades sociais e

econômicas no âmbito da formação da competência cívica dos jovens, o que impacta na sua capacidade de participar politicamente”. Essa confirmação resulta na falha do sistema público de educação e dos entes federados em empoderar seus indivíduos menos abastados, que se mantêm menos capacitados para participar ativamente do processo político. Isso mostra que os grupos socioeconomicamente desprivilegiados não obtêm dos principais agentes propulsores do desenvolvimento os recursos necessários para disputar politicamente seu próprio futuro (ZORZI, 2016, p.82-83).

No entanto, não há uma discussão mais aprofundada sobre as desigualdades que permeiam os sistemas educacionais públicos e privados, muito menos referenciais teóricos críticos, Marxistas ou Freireanos, resultando na categorização como perspectiva não crítica subcategoria Democrata- Liberal. Aliás, notou-se em algumas pesquisas que buscam verificar a socialização política de estudantes uma ausência de criticidade em relação aos problemas conjunturais (desigualdades promovidas pelo sistema capitalista-neoliberal).

De modo semelhante, Vieira (2017) aponta que os resultados obtidos via questionário identificaram diferenças expressivas entre as escolas no que diz respeito ao modo como a formação política dos estudantes é abordada. Entretanto, o autor considera que

[...] O ensino de questões políticas pode ser agente de transformações, não numa ingênua interpretação de que se torne tabua de salvação da humanidade, mas num otimismo crítico, de que se pode *esperançar* na ação libertadora dos educadores que não se conformam com a imposição ideológica das classes dominantes. Isto é, ciente de que a escola não é neutra, [...] o corpo docente pode atuar para superar a mistificação ideológica, sem que isso seja entendido como imposição, mas, tornando o espaço para o diálogo (a escola), um ambiente de debate salutar, tolerância, ética, respeito e convivência da diversidade (VIEIRA, 2017, p.156).

Todavia, aqui o autor lança mão da perspectiva Freireana em seu referencial teórico, no qual se utiliza cinco obras do educador (Educação como Prática da Liberdade, Pedagogia da Esperança, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Tolerância e Política e Educação), e uma obra de Mário Sérgio Cortella, filósofo amplamente conhecido e cuja tese de doutorado foi orientada por Freire, possibilitando a categorização em uma perspectiva crítica/ subcategoria emancipadora.

O trabalho de Sousa (2019) teve por objetivo discutir o ensino de Filosofia, mediante a adaptação do Projeto Plenarinho, criado pela Câmara dos Deputados, aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental do Colégio Santa Maria Marista. A concepção adotada para a abordagem dos tópicos foi embasada na Educação Grega, a partir dos filósofos clássicos. O projeto esteve organizado em 12 aulas, dentre os quais quatro eram destinados a atividades

práticas, como a elaboração de projetos de lei e as respectivas discussões, simulando o ambiente do Plenário. O evento final, no qual foram apresentados os projetos elaborados pelos participantes, contou com a presença de vereadores e Prefeito da cidade.

O referido autor reforça a necessidade de que os educadores e educadoras trabalhem nas “brechas”, isto é, aproveitando a abordagem de temas “polêmicos” para introduzir a discussão sobre política:

[...] dentro do espaço da sala de aula, é possível fazer filosofia a partir do levantamento de problemas que os estudantes identificam dentro do contexto de sua pólis contemporânea. A boa pergunta, o espaço para a fala, o despertar da inquietação, a sensibilização e o interesse por aquilo que é público e o despertar do exercício da cidadania são elementos que estimulam a boa prática filosófica, que vai se delineando ao longo do processo (SOUSA, 2019, p.68).

Embora se trate de uma abordagem relevante de educação política nas escolas, o projeto se enquadra em uma perspectiva não crítica/ democrata-liberal, pelo fato de não aprofundar o questionamento das contradições do sistema capitalista.

É importante enfatizar que dentre as teses e dissertações selecionadas, quatro investigaram os movimentos das ocupações em Escolas de Ensino Médio ocorridos entre os anos de 2015 e 2017: David (2019), Wegher (2019), Faria (2020) e Fulfaro (2020). Ressalta-se que as referidas pesquisas se enquadram na perspectiva crítica/ subcategoria Marxista.

A pesquisa de David (2019) buscou compreender os desdobramentos das ocupações ocorridas em 2017, como forma de protesto à proposta de Reforma do Ensino Médio (MPV 746/2016 posteriormente convertida na Lei 13.415/2017) em âmbito federal e estadual. Para tanto, coletou depoimentos de estudantes secundaristas da cidade de Francisco Beltrão (Paraná). As entrevistas revelaram que a inserção destes jovens na organização das ocupações acarretou em importantes aprendizagens, contribuindo para a formação política.

De forma clara, Silva e Silva (2017, p.229), em um artigo que foi citado por David (2019) afirmam que:

ocupar as escolas é um ato político [...] pois os estudantes modificam a forma de lutar pela educação e trazem novos olhares para escola e a utilização do espaço escolar. Essas atitudes reverberam em todos que pertencem aquela instituição de ensino. Não há como ficar passivo ou indiferente diante das atitudes, discursos e modos de fazer política desses jovens ocupantes.

A investigação empreendida por Wegher (2019) buscou compreender como se dava a formação política dos estudantes de uma Escola do Campo de Ensino Médio e a influência do Movimento Sem Terra (MST) no processo. A síntese obtida após entrevista com estudantes

reforça que

[...] a escola que se pretende alternativa e capaz de intervir na transformação social precisa conduzir seus educandos/as a dizerem a palavra verdadeira, a palavra que se opõe aos interesses do capital, a palavra que os coloca no patamar de sujeitos de sua história e, por consequência, como sujeitos da transformação social, que libertará o povo do campo e da cidade das amarras do capital nacional e elevará a educação à condição de direito universal da classe trabalhadora (WEGHER, 2019, p.130-131).

Neste caso, ao analisar a construção teórica do trabalho, identificou-se a presença de Freire, de Snyders (autor marxista) e de teóricos (as) que remetem à pedagogia socialista e a educação do campo (Pistrak, Luiz Carlos de Freitas, Francieli Soares, Roseli Caldart e Sandra Dalmagro), isto é, há elementos das três categorias da perspectiva crítica (2a, 2b e 2c). Entretanto, observando-se mais atentamente como as inserções de Freire são utilizadas, chegou-se a conclusão de que houve uma apropriação marxista da obra Freireana, levando a subcategorização Marxista e Socialista (2b e 2c).

A tese de Farias (2020), que teve por objetivo analisar o evento das ocupações ocorridas em Porto Alegre ao longo de 2016, apresenta relatos de estudantes que participaram ativamente do movimento, dentre os quais, destacamos um em especial que sintetiza a importância do mesmo para a formação política dos estudantes:

Existem processos que formam militantes em um curto período, como se fossem anos. O processo de três meses das ocupações ao todo poderia ter formado um militante que talvez não se formasse em dez anos. Acho que a marca da ocupação foi bem esse: a formação política da coisa foi um processo que me permitiu uma formação política extraordinária... muito diálogo com as força tanto de me apresentar como figura política, quanto de descobrimento pessoal mesmo, foi bem importante esse processo... [Depoimento de Diego, 1ª sessão, 04/04/2019, arquivo pessoal] (FARIAS, 2020, p.123).

Por fim, a investigação de Fulfaro (2020) coletou depoimentos de estudantes secundaristas que participaram da ocupação de duas escolas (uma localizada na região central de Campinas e outra na periferia) em protesto ao projeto de “reorganização” escolar do governo do estado no município em 2015, com o objetivo de investigar a forma como os processos ocorreram, as diferenças notadas entre a ocupação do centro e da periferia e como tal experiência influenciou a formação política dos participantes.

Em suma, os trabalhos que analisaram o movimento das ocupações dos estudantes secundaristas evidenciaram o quanto essa vivência promoveu a amplificação da consciência dos participantes em relação às mazelas produzidas no sistema educacional pelo ideário

neoliberal. David (2019, p.108) afirma que “[...] a experiência de organização dos ocupas ensaiou formas escolares distintas da escola no capitalismo, mais participativas, democráticas e atentas às necessidades de seus sujeitos”.

Em relação às pesquisas de matriz teórica, os trabalhos de Abreu (2011), Ferreira (2014), Nobre (2015), Freitas (2019) e Gonçalves (2020) possuem convergências temáticas ao focalizarem suas respectivas investigações no contexto da Rússia pós-revolução, com destaque para os fundamentos da pedagogia socialista e as lideranças responsáveis por mudanças significativas no campo da educação.

Abreu (2011), ao analisar a política educacional no período de transição pós-revolucionário, lança mão de uma citação de Pistrak que sintetiza com clareza quais os propósitos estão envoltos no sistema de educação capitalista:

De fato, como o Estado Burguês quer educar as crianças? De que cidadãos tem necessidade? Antes de tudo, de cidadãos cujo cérebro nunca possa conceber a possibilidade de abalar as leis “imutáveis” do país. Do ponto de vista da lei, toda revolução é ilegal. A tendência à manutenção do regime exige que se cultive nos cidadãos (ou nos vassalos) os sentimentos conservadores, isto é, a ideia de que a destruição das bases “constitucionais” equivale ao caos, à anarquia, à selvageria, ao desaparecimento da cultura e da civilização; numa palavra à volta ao estado selvagem. Para alcançar este resultado, trabalham não apenas auto-organização da escola, mas também o regime escolar como um conjunto, e toda a política governamental, toda a organização da existência. Vejam por que, apesar da presença de tantas condições econômicas exigindo a revolução social nos países capitalistas, é tão difícil mudar a ordem material estabelecida e a psicologia conservadora das massas (PISTRAK, 2005, p.171-172).

Já a pesquisa de Ferreira (2014) buscou investigar os educadores que foram determinantes para a consolidação da Educação Soviética, dentre os quais se destacam Moisey M. Pistrak (1888-1940), Nadeja K. Krupskaya (1869-1939), Anatóli Lunatcharsky (1875-1933) e Anton S. Makarenko (1888-1939). Desse modo, ao longo do trabalho, a autora aponta as contribuições dos referidos pedagogos no processo de construção e implementação de uma prática pedagogia socialista, com base nos pressupostos Marxistas. A partir desses elementos, pode-se categorizar essa pesquisa dentro de uma perspectiva crítica, subcategorias Marxista e Socialista.

Ao revisitar a experiência Russa pós-revolução, especialmente no que diz respeito à relação entre trabalho, *práxis* e escola como elementos de uma formação revolucionária, Nobre (2015, p.93) identificou que

A educação não estava desvinculada da questão política, constituindo-se para Lênin como hipocrisia se assim ela se denominasse apolítica. A escola socialista deveria assumir seu conteúdo político e ser utilizada como aparelho ideológico

para conter qualquer resquício de dominação ideológica das forças contrarrevolucionárias

Nas considerações finais de sua pesquisa, cujo objetivo foi investigar o pensamento de Krupskaya, que conforme já explicitado anteriormente foi uma das educadoras mais atuantes no processo revolucionário, Freitas (2019, p.112) é categórico ao afirmar que

No cenário educacional brasileiro, estamos caminhando na contramão desse processo. Encontramo-nos frente a uma escola, e por que não dizer um sistema educacional que se apresenta amordaçado – legitimado por uma escola sem partido- que caminha contra o viés político emancipatório ou minimamente com resquícios democráticos. Um tipo de discurso que não encontra sustentabilidade , uma vez que independente das questões ideológicas que sejam dialogadas, é esperado que a escola sempre venha a se posicionar . É impossível a escola não tomar partido.

Por fim, a tese de Gonçalves (2020) promove um resgate da história da Educação Soviética, com base em escritos originais dos educadores socialistas, legislações, documentos do Comissariado do povo para a Instrução Pública e registros iconográficos que possibilitam compreender a educação nas décadas de 1920 e 1930 como um processo de aprendizagem. Como síntese da investigação, o autor destaca que a educação no período supracitado ficou marcada pela articulação entre a formação teórica e prática, tendo por referência o trabalho produtivo, pela estruturação curricular, com ênfase nos conteúdos abordados, por uma educação comprometida politicamente com a consolidação da revolução e, pela preocupação com a compreensão materialista histórica das questões cotidianas. Desse modo, a análise do conjunto do referencial teórico permite categorizar este trabalho dentro de uma perspectiva crítica/ subcategorias Marxista e Socialista.

É importante frisar que uma leitura reflexiva de partes estratégicas das dissertações e teses selecionadas (introdução, metodologia, capítulos teóricos pertinentes, considerações finais e referências utilizadas) possibilitou identificar, para além das perspectivas teóricas, que nem todas as pesquisas apresentaram explicitamente concepções/ definições de educação política (ou termos com significado semelhante), haja vista que há uma diversidade de abordagens (Ações do Grêmio Estudantil, Programa Câmara Jovem, Projeto Cidades Educadoras, Ensino de Direito, Ocupações estudantis, Pedagogia Socialista/Educação Soviética). O quadro-síntese a seguir sistematiza a categorização das definições e/ou análises realizadas pelas pesquisas. Aqui considerados os trabalhos de investigação e mais volumosos (teses e dissertações), excluindo-se os 22 artigos selecionados, em virtude do tempo exíguo para uma análise criteriosa.

Quadro 10- Categorização das perspectivas de educação política (teses e dissertações)

Autor (a)	Perspectivas/ subcategoria de educação política
Abreu (2011)	Crítica/ Subcategoria Marxista e Socialista (2b e 2c)
Idelbrando (2012)	Crítica / Subcategoria Emancipadora (2a)
Lamas (2012)	Não-crítica/ Subcategoria Democrata-Liberal (1b)
Thomazini (2012)	Crítica/ Subcategoria Emancipadora (2a)
Ferreira (2014)	Crítica / Subcategorias Marxista e Socialista (2b e 2c)
Forlini (2015)	Crítica/ Subcategoria Emancipadora (2a)
Nobre (2015)	Crítica/ Subcategoria Marxista e Socialista (2b e 2c)
Zorzi (2016)	Não-Crítica/ Subcategoria Democrata-Liberal (1b)
Vieira (2017)	Crítica/ Subcategoria Emancipadora (2a)
Cunha (2019)	Crítica/Subcategoria Marxista (2b)
David (2019)	Crítica/ Subcategoria Marxista (2b)
Freitas (2019)	Crítica/ Subcategorias Marxista e Socialista (2b e 2c)
Sousa (2019)	Não crítica / Subcategoria Democrata-Liberal (1b)
Wegher (2019)	Crítica / Subcategorias Marxista e Socialista (2b e 2c)
Farias (2020)	Crítica/ Subcategoria Marxista (2b)
Fulfaro (2020)	Crítica/ Subcategoria Marxista (2b)
Gonçalves (2020)	Crítica/ Subcategorias Marxista e Socialista (2b e 2c)

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme exposto no quadro 10, a expressiva maioria das pesquisas analisadas (14 ao todo) apresenta uma perspectiva crítica em relação ao desenvolvimento de propostas de educação política/ formação política/ socialização política/ letramento político, isto é, evidenciam os limites e potencialidades de seu alcance perante os indivíduos. As exceções ficam por conta das pesquisas de Lamas (2012), Zorzi (2016) e Sousa (2019), que apresentam uma perspectiva não crítica/ subcategoria Democrata-Liberal, ou seja, não apontam as contradições existentes no sistema capitalista, restringindo-se à reafirmação da importância da abordagem de temáticas relacionadas à política e democracia na escolarização formal, incluindo as dimensões do Direito Constitucional (direitos e deveres individuais e coletivos), estrutura e funcionamento dos Poderes, estudo de filósofos clássicos e análise da socialização política dos estudantes. Destaca-se novamente a importância de disseminar tais conteúdos na

educação básica, entretanto, é necessário superar a forma superficial, e muitas vezes acrítica, como estes são abordados. Importante mencionar que não foi localizado em nenhuma das pesquisas elementos que a categorizassem na subcategoria Neoliberal (1a).

Outro elemento que merece destaque diz respeito ao fato evidenciado pelas pesquisas de David (2019), Faria (2020) e Fulfaro (2020): que os movimentos estudantis (a exemplo das Ocupações ocorridas entre 2015 e 2017) têm sido um mecanismo potente de formação política dos estudantes, em virtude de possibilitar que tais sujeitos vivenciem a luta contra a precarização da educação na prática (através da auto-organização, trabalho coletivo, reuniões e assembleias), além de ampliar a capacidade de reflexão percepção da realidade (conjuntura) dos participantes.

Ressalta-se que houve dificuldade na identificação das subcategorias nos seguintes trabalhos- Idelbrando (2012), Thomazini (2012) e Forlini (2015), tendo em vista que os elementos que forneciam “pistas” não se apresentavam suficientemente explicitados. Por outro lado, um número significativo de trabalhos categorizados em uma perspectiva crítica se afiliam a duas subcategorias, dentre os quais: Abreu (2011), Ferreira (2014), Nobre (2015), Freitas (2019), Wegher (2019), Gonçalves (2020) – com bases Marxistas e Socialistas, evidenciando o entrecruzamento das temáticas.

Por fim, é imprescindível enfatizar a ausência de pesquisas sobre a implementação e/ou análise de iniciativas de educação política/cidadã nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (período que corresponde faixa etária de 6 a 10 anos), fato que gera uma série de questionamentos acerca das possíveis causas que ocasionam um silenciamento na introdução de uma abordagem da temática nesta fundamental etapa de escolarização, na qual há um aprofundamento do processo de socialização entre diferentes sujeitos e a incorporação/assimilação de normas e valores. Afinal, as crianças também não são seres políticos? A resposta para tal provocação requer a realização de novas pesquisas que também se proponham a investigar como os educadores e educadoras se inserem neste processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve por objetivo promover uma discussão acerca do conceito de educação política, mediante a realização de levantamento bibliográfico de artigos científicos, teses e dissertações publicadas no último decênio (2010-2021). Os trabalhos identificados evidenciaram que existem diferentes termos relacionados às formas de disseminar educação política, dentre os quais: letramento político, socialização política, formação política, educação cívica e educação para a democracia. Em relação aos teóricos (as) e pesquisadores (as) que podem ser apontados (as) como referências para consulta (em conformidade com uma das questões de pesquisa), destacam-se: Ana Karina Brenner (Socialização Política), Demerval Saviani (Relação entre Marxismo e Pedagogia), Humberto Dantas e Rodrigo Estramanho de Almeida (Educação Política- Perspectiva Histórica), José Claudinei Lombardi (Apontamentos de Marx sobre Educação) Mario Fucks e Gabriel Casalecchi (Educação Cívica, Socialização Política), Moysei Pistrak (Educação Soviética), Nereide Saviani (Pedagogia Socialista), Paulo Freire (Educação Emancipadora) e Rildo Cosson (Letramento Político).

Já a revisão de documentos oficiais (Parâmetros Curriculares e BNCC) evidenciou que o tratamento de conteúdos referentes à política está prevista, no entanto, de uma forma superficial e não coesa, ou seja, as temáticas se encontram “soltas” (sob a justificativa de serem trabalhadas transversalmente) e geralmente restritas às disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia (as duas últimas no Ensino Médio).

Em relação à formulação das estratégias de buscas, foram utilizados 11 termos que possuem relação com educação política e outras combinações, utilizando o operador booleano AND. Ao todo, foram selecionados como pertinentes 22 artigos, sendo 06 artigos na base Scielo, 05 na Revista HistedBr e 11 no Portal de Periódicos Capes. No que tange os trabalhos acadêmicos, foram identificadas como pertinentes 15 dissertações e 02 teses de doutorado, que foram objetos de leitura reflexiva e, posteriormente, categorizados em perspectivas (críticas e não críticas) e subcategorias. O processo de categorização revelou que a grande maioria das pesquisas selecionadas adota uma perspectiva crítica de análise conceitual e/ou prática de iniciativas de educação política/terminologias correlatas implementadas em âmbito escolar ou em parcerias com instituições (a exemplo do Parlamento Jovem).

Outro fator que merece visibilidade é o número escasso de pesquisas cujo objetivo é analisar projetos/iniciativas de educação política realizados em Escolas de Ensino Fundamental (especialmente nos Anos Iniciais, onde não se localizou nenhuma pesquisa que se debruçou sobre tal processo) e Médio. Pressupõe-se que tal lacuna é oriunda da insegurança dos (as) profissionais da educação (gestores e docentes) em desenvolver ações que visem a abordagem da política na sala de aula, haja vista as polêmicas levantadas em relação às proposições como o Escola Sem Partido, cujos mentores acusam as escolas de promoverem uma “doutrinação” com viés de esquerda aos estudantes. Além disso, a gestão escolar deve se atentar para o fato de que o exercício da política transcende a disseminação de conteúdos: a escola deve possibilitar que os (as) estudantes vivenciem plenamente suas respectivas cidadanias, mediante a viabilização dos grêmios escolares, conselhos e o fomento a uma gestão genuinamente democrática, na qual toda a comunidade escolar (interna e externa) possa expressar suas vozes e participar das tomadas de decisões. E mais: que possam realizar uma leitura crítica da realidade social e apropriação de conhecimentos que favoreçam os processos de transformação social.

Dada a limitação temporal e espacial imposta pelo contexto pandêmico, conforme informado na seção de justificativa, optou-se em desenvolver um trabalho de matriz teórica e exploratória, que não exigisse a submissão ao Comitê de Ética da UFSCar. Desse modo, como sugestão para futuras investigações, propõe-se realizar pesquisas de campo com professores (as) e estudantes do Ensino Fundamental e Médio, utilizando como instrumentos entrevistas e questionários, com fins de identificar *in loco* como a educação política tem (ou não) sido efetivada nas escolas (e se as possibilidades curriculares dispostas na BNCC/ Parâmetros Curriculares têm sido considerados no processo de planejamento pedagógico).

Em vias de conclusão, gostaria de deixar como palavras finais para reflexão o alerta proferido por Pistrak (2005, p.24) em sua obra Fundamentos da Escola do Trabalho, publicada originalmente em 1924: “Primeiramente, sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática pedagógica revolucionária”. Que possamos construir nossa práxis pedagógica com base em teóricos (as) cujas bases epistemológicas tenham por princípio a emancipação humana de todas as manifestações de opressão (racismo, machismo, sexismo, LGBTfobia, capacitismo), que nos escravizam, nos limitam e nos tornam meros espectadores passivos da barbárie. Que não nos esqueçamos de nosso objetivo primordial: promover uma educação política para além do capital. Eis aqui uma tarefa árdua e que deverá ser assumida por todos (as/es) educadores (as) cujos corações foram tocados pelos princípios socialistas.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. da G. R. O legado educacional da transição russa: elementos para análise da política educacional do período pós-revolucionário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 328–343, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642714>. Acesso em: 20 set. 2021

ALMEIDA, R. E de. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, v.1, p.15-30, 2016. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=304ea079-726e-1e70-8505-7d68fff495a0&groupId=265553. Acesso em: 07 dez.2021.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.53-107.

BAHNIUK, C.; DALMAGRO, S. L. Pistrak, Shulgin e a pedagogia soviética nos anos de 1920. *In*: MORAES, L. E. P. de (org.). **Educação e revolução**: a pedagogia socialista soviética. São Paulo: ELAHP, 2021. p.107-129.

BENEVIDES, M. V. de M. Educação para a democracia. **Lua Nova**, n.38, p.233-237, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGyV8TNKLLKrRR6LpD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out.2021.

BITTAR, M. **História da Educação**: da antiguidade à época contemporânea. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 113 p. (Coleção UAB-UFSCar).

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR., A. A educação na Rússia de Lênin. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 377–396, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639916>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BLUME, B. A. Educação política: o que é e qual seu propósito. **Politize!**, 21nov.2016. Disponível em: https://www.politize.com.br/educacao-politica-o-que-e-proposito/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwkvWKBhB4ABREUEiWA-GHjFhw2fU2FZLPOD8G3MLFpQtbiUC3Z17qqTbNnmWO36OaptSSWS6pPPxoC0PQQAvD_BwE#. Acesso em: 06 out.2021.

BORGES NETTO, M.; LUCENA, C. Lênin- a educação para fins políticos e a política como ferramenta educativa. *In*: MORAES, L. E. P. de (org.). **Educação e revolução**: a pedagogia socialista soviética. São Paulo: ELAHP, 2021. p.49-62.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de

ensino. Tradução Reynaldo Bairão. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 set.2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 dez.2021.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm#:~:text=L11684&text=LEI%20N%C2%BA%2011.684%2C%20DE%20,nos%20curr%C3%ADculos%20do%20ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 14 dez.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 03 dez.2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC, SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 03 dez.2021.

BRECHT, B. O analfabeto político. **Pensador**, s.d. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MjMzMDA5/>. Acesso em: 04 mar.2022.

BRENNER, A. K. O tempo e espaço da escola e as possibilidades de engajamento político. **Cadernos Adenauer**, ano 11, n.3, p.29-35, 2010. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038. Acesso em: 18 out.2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Parlamento Jovem Sancarlense 2019**. Disponível em: <https://file.camarasaocarlos.sp.gov.br/70792/doc/arquivo/3060.pdf>. Acesso em: 28 jan.2021.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. **147º Pesquisa CNT de Opinião-outubro de 2020**: resumo. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/pesquisas>. Acesso em: 22 dez.2021.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, ano 11, n.3, p. 13-19, 2010. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038. Acesso em: 18 out.2021.

CUNHA, D. J. da. **Educação política e educação escolar: análise do projeto Cidades Educadoras**. 2019. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11341/1/danieljosedacunha.pdf>. Acesso em: 14 dez.2021.

DANTAS, H. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, ano 11, n.3, p.3-11, 2010. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038. Acesso em: 09 dez.2021.

DANTAS, H.; ALMEIDA, R. E. de. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. **Conexão Política**, Teresina, v.4, n.1, p.11-28, jan./jun.2015. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/4914/2826>. Acesso em: 13 dez.2021.

DAVID, F. M. **Movimento das ocupações escolares: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão- PR**. 2019. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4847/5/Franciele%20Maria%20David%202019.pdf>. Acesso em: 23 dez.2021.

FARIAS, G. C. **A primavera dos estudantes: ocupação das escolas e processos de formação política**. 2020. 207f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218598/001123197.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev.2022.

FERREIRA, C. M. **As contribuições dos educadores bolcheviques na concretização de políticas educacionais na educação soviética**. 2014. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1019>. Acesso em: 23 dez.2021.

FILIPE, F. A.; SILVA, D. dos S.; COSTA, A. de C. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p.783-803, jul./set.2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/PbZbjrWHzzQ3Yt4LBFzK6NF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar.2022.

FORLINI, D. B. **Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia**. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, 2015. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144347/forlini_db_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 fev.2022.

FREIRE, P. O processo de alfabetização política. **Rev. da FAEEBA**, Salvador, n.7, p.19-32, jan./jun.1997.

FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v.23). Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/14.-Pol%C3%ADtica-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 out.2021.

FREITAS, K. L. de. **O pensamento pedagógico de Nadezhda Krupskaya**: contribuições para uma pedagogia socialista no contexto da revolução russa. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84772>. Acesso em: 21 fev.2022.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem Mineiro. **Cadernos Adenauer**, ano17, n.1, p.145-164, 2016. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=8bae1b64-9a28-392b-4d7d-46d64c087705&groupId=265553. Acesso em: 29 nov.2021.

FULFARO, A. C. de A. **Escolas ocupadas e formação política**: da luta estudantil à reação conservadora. 2020. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1129007?guid=1645105531593&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1645105531593%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1129007%231129007&i=1>. Acesso em: 17 fev.2022.

FUNDAÇÃO SM. Observatório da Juventude na Ibero-América. **Pesquisa Juventudes no Brasil 2021**. São Paulo: Fundação SM, 2021. 256 p. Disponível em: <https://oji.fundacion-sm.org/pesquisa-juventudes-no-brasil-2021/?lang=pt-br>. Acesso em: 22 dez.2021.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. **Educação política**: o que significa educar para a cidadania? 30 dez.2020. Disponível em: <https://fundacaotelefonicao.org.br/noticias/educacao-politica-o-que-significa-educar-para-a-cidadania/>. Acesso em: 13 dez.2021.

GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 13 ed. São Paulo; Cortez, 2003. 143 p. Disponível em: Acesso em: 13 jan.2022.

GIL, A .C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, L. R. Teoria crítica e educação política em Theodor Adorno. **Revista HistedBr Online**, n.39, p.286-296, set.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639731/7298>. Acesso em: 03 jan.2022.

GONÇALVES, L. S. **História da Educação Soviética**: a transição como processo de aprendizagem. 2020. 327f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://elalp.com.br/download/historia-da-educacao-sovietica-a-transicao-como-processo-de-aprendizagem-leandro-sartori-goncalves/> Acesso em: 28 dez.2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Gramsci.pdf>. Acesso em: 28 jan.2022.

IDELBRANDO, A.G. **O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos**. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10332/1/Amalia%20Galvao%20Idelbrando.pdf>. Acesso em: 21 fev.2022.

JARDIM, L. B. S. O que se entende por educação política no Brasil? **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v.6, n.11, p.33-45, jul./dez.2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/2021_Periodicos/Rev-Parlamento-Soc_n.11.pdf#page=35. Acesso em: 06 out.2021.

LAMAS, C. M. L. C. B. **Educação política como standard mínimo vital do direito à educação na Constituição de 1988**. 2012. 334f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/6052>. Acesso em: 23 dez.2021.

LENINE, V. I. **Que fazer?** The Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000027.pdf>. Acesso em: 21 mar.2022.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v.10, n.esp., p.37-45, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004/5742>. Acesso em: 04 out.2021.

LOMBARDI, J.C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://elahp.com.br/download/reflexoes-sobre-educacao-e-ensino-na-obra-de-marx-e-engels-jose-claudinei-lombardi/>. Acesso em: 01 fev.2022.

LÓPEZ, M. L. Lênin: uma das principais figuras da “era dos extremos”. **Jornal da USP, Cultura**, atualizado em 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/lenin-uma-das-principais-figuras-da-era-dos-extremos/>. Acesso em: 04 nov.2021.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. Tradução Gaetano Lo Monaco. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992. (Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação).

MARTINS, L. M; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v.34, n.71, p.223-239, set./out.2018. Disponível em: Acesso em: 05 out.2021.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Lucio Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>. Acesso em: 08 mar.2022.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/02/manifesto-comunista-EP.pdf>. Acesso em: 07 fev.2022.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 124 p. (Mundo do Trabalho).

MORAIS, P. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? **Politize!**, 23 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 17 set.2021.

NOBRE, I. S. **Trabalho, práxis e escola**: elementos de uma formação revolucionária. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14795>. Acesso em: 23 dez.2021.

OLIVEIRA, M. A. T. de; BIANCHINI, P. Educação política no Brasil e na Itália: duas histórias, muitos problemas comuns. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v.21, n.52, p.274-294, maio/ago.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/RxwsXBpQdVtnd7PSnZYYmkg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov.2021.

PINA, R. TSE confirma que “kit gay” nunca existiu e proíbe fake news de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 16 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/tse-confirma-que-kit-gay-nunca-existiu-e-proibe-fake-news-de-bolsonaro>. Acesso em: 17 set. 2021.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PLENARINHO. Câmara dos Deputados. **Câmara Mirim**. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/camara-mirim/>. Acesso em: 10 dez.2021

PORTAL EDUCAÇÃO. **Partido Operário Social Democrata**. 2020. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/partido-operario-social-democrata/64906>. Acesso em: 03 fev.2022.

RESENDE, J. F. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. **Cadernos Adenauer**, ano 11, n.3, p.20-28, 2010. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038. Acesso em: 05 jan.2022.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Mais da metade dos brasileiros não sabem reconhecer uma**

notícia falsa. 08 de abril de 2020. Disponível em:

<https://revistaeducacao.com.br/2020/04/08/fake-news-brasil/>. Acesso em: 17 set.2021.

SARTORI, L. Os debates iniciais sobre a construção de uma pedagogia socialista: a educação politécnica. In: MORAES, L. E. P. de (org.). **Educação e revolução**: a pedagogia socialista soviética. São Paulo: ELAHP, 2021. p.63-79.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v.5).

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação Brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/PHC/3._Artigo_-_Saviani_-_Asc_concep%C3%A7%C3%B5es_pedag%C3%B3gicas_na_hist%C3%B3ria_da_educac%C3%A3o_brasileira.pdf. Acesso em: 20 dez.2021.

SAVIANI, D. Marxismo e Pedagogia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v.11, n.41e., p.16-27, abr./2011. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639892/7455>. Acesso em: 05 nov.2011.

SAVIANI, N. Concepção socialista de educação: A contribuição de Nadedja Krupskaya. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 28–37, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639893>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SILVA, B. V. G. da; SILVA, E. C. H. da. “Uma pá de ocupação”: ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). **Revista Teias**, v.18, n.50, p.228-244, jul./set.2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/27072/21621>. Acesso em: 17 dez.2021.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2005.

SOUSA, B. P. de. **A educação política grega como inspiração para novas práticas do agir político**. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70285>. Acesso em: 23 dez.2021.

THOMAZINI, T. D. da R. **Programa Câmara Jovem**: limites e possibilidades de um processo de socialização política. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012. Disponível em:

<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2039/1/Thais%20D%20da%20R%20Thomazini.pdf>. Acesso em: 11 jan.2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Apoio a Pesquisa no Complexo de Saúde. **Você sabe o que são operadores booleanos?** 09 dez.2020. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/voce-sabe-o-que-sao-operadores-booleanos/>. Acesso em: 28 jan.2022.

VIEIRA, J. de O. **Iniciativa de três escolas de ensino médio na formação política de seus alunos, na perspectiva destes.** 2017. 249f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19865/2/Jorge%20de%20Oliveira%20Vieira.pdf>. Acesso em: 10 fev.2022.

WEGHER, J. L. **Contribuições da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política de jovens de assentamentos do município de Abelardo Luz/SC.** 2019. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4396/5/Joarez%20Luiz%20Wegher%202019.pdf>. Acesso em: 11 fev.2022.

ZORZI, F. B. **Cidadania desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS.** 2016. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143113/000996093.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev.2022.

A) LISTA ESPECIAL DE REFERÊNCIAS (Artigos selecionados após buscas)

ABREU, M. da G. R. O legado educacional da transição russa: elementos para análise da política educacional do período pós-revolucionário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 328–343, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642714>. Acesso em: 20 set. 2021

AMBONI, V.; BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, M. C. dos S. Trabalho e educação na construção da Rússia socialista. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 51, p. 266–278, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640277>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BAHNIUK, C. Os desafios da construção da Pedagogia Socialista em tempos de ofensiva do capital e crise sanitária. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 243-263, maio./ago.2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20681>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BAIA, S. F.; MACHADO, L. R. de S. Makarenko, pedagogo do extremo e da alegria de educar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, p. e019030, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654460>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BARROS, A. T. de. Educação e legislação: desafios para o aprendizado político e a cultura democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v.37, n.136, p.861-872, jul./set.2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RgCwhqp4mFRPZxfCn98P3YR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev.2022.

BARROS, M .S.; VICENTINI, D. A pedagogia socialista como possibilidade de superação da pedagogia toyotista: contribuições do materialismo histórico-dialético. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp., p. 1056–1068, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9095>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. Ativismo pedagógico e princípios da escola o trabalho nos primeiros tempos da educação soviética. **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.61, p.433-456, abr./jun.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KTpYdmtNkVWdr6RF83sgssG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev.2022.

BOTELHO, A. C.; FONSECA, J. H.; BUSTAMANTE, G. A. A implantação do ensino de política e direito nas escolas públicas. **Percursos Acadêmicos**, v.9, n.17, p.145-159, jan./jun.2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/15288/14424>. Acesso em: 21 fev.2022.

CATINI, C. de R.; MELLO, G. M. de C. Escolas de luta, educação política. **Educ. Soc.**,

Campinas, v.37, n. 137, p. 1177-1202, out./dez.2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/S7c7LdHGSMR6WC4j6VQb6LR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev.2022.

ClAVATTA, M. Caminhos da educação socialista. **Revista Trabalho Necessário**, ano 16, n.29, p.28-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4553/4196>. Acesso em: 21 fev.2022.

FREITAS, F. M. de C. Os intelectuais e a revolução. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 45, p. 174–199, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640144>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GOLOVATY, R. V. A pedagogia socialista de Moisey Pistrak no centenário da Revolução Russa: contribuição pelo olhar da História e da Sociologia da Educação. **História e Cultura**, Franca, v.6, n.1, p.213-240, mar.2017. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1981>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GOMES, L. R. Teoria crítica e educação política em Theodor Adorno. **Revista HistedBr Online**, n.39, p.286-296, set.2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639731/7298>. Acesso em: 03 jan.2022.

LEITE, V. de J.; BORGES, L. F. P. Escola Única do Trabalho Pós-Revolução Russa de 1917 e o Trabalho como Princípio Educativo. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, v.10, n.3, p.226-235, dez.2018. . Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/29014/18942>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MAIA, L. A. A pedagogia socialista de Makarenko: notas pedagógicas. **Revista Dialectus**, ano 2, n.7, p.68-81, set./dez.2015. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5183/3815>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MATOS E SILVA, L. M. de; GEHRKE, M. Pedagogia socialista soviética: categorias que se articulam na construção de uma nova escola para uma nova sociedade. **Educere et Educare**, v.13, n.30, s.p., jan./abr.2018. . Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/19584/13636>. Acesso em: 21 fev. 2022.

OLIVEIRA, M. A. T. de; BIANCHINI, P. Educação política no Brasil e na Itália: duas histórias, muitos problemas comuns. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v.21, n.52, p.274-294, maio./ago.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/RxwsXBpQdVnd7PSnZYYmkg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev.2022.

SAMPAIO, T.; SIQUEIRA, M. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n.2, p.380-402, nov.2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/dfQyFh77hVFXv9zv4WnDJKn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev.2022.

SEVERINO, A. J. Formação política do adolescente no Ensino Médio: a contribuição da filosofia. **Pro-Posições**, Campinas, v.21, n.1 (61), p.57-74, jan./abr.2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/PYh8NjXvwPyKC66hKHg3LPM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev.2022.

TAFFAREL, C. N. Z. Marxismo e educação: contribuição ao debate sobre a teoria educacional e a transição. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 257–270, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639908>. Acesso em: 21 fev. 2022.

TONET, I. Marxismo, Educação e Pedagogia Socialista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v.8, n.1, p.37-46, jun.2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16978/11704>. Acesso em: 21 fev. 2022.

VENTURA, J. P.; OLIVEIRA, F. G. Inspirações da Rússia revolucionária: potencialidades da pedagogia do meio para a educação de jovens e adultos. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate** v.10, n.2, p.26-35, ago.2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/27523/16652>. Acesso em: 21 fev. 2022.

B) LISTA ESPECIAL DE REFERÊNCIAS (Teses e dissertações selecionadas para análise)

ABREU, M. da G. R. **O pensamento pedagógico socialista: reflexões sobre a experiência educacional desenvolvida na Rússia pós-revolucionária e suas contribuições para o projeto educacional da sociedade contemporânea.** 2011. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luis/MA, 2011. Disponível em:

<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/205/1/DISSERTACAO%20%20MALILA%20DA%20GRACA%20ROXO%20ABREU.pdf>. Acesso em: 21 fev.2022.

CUNHA, D. J. da. **Educação política e educação escolar: análise do projeto Cidades Educadoras.** 2019. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11341/1/danieljosedacunha.pdf>. Acesso em: 14 dez.2021.

DAVID, F. M. **Movimento das ocupações escolares: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão- PR.** 2019. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019. Disponível em:

<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4847/5/Franciele%20Maria%20David%202019.pdf>. Acesso em: 23 dez.2021.

FARIAS, G. C. **A primavera dos estudantes: ocupação das escolas e processos de formação política.** 2020. 207f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218598/001123197.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev.2022.

FERREIRA, C. M. **As contribuições dos educadores bolcheviques na concretização de políticas educacionais na educação soviética.** 2014. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1019>. Acesso em: 23 dez.2021.

FORLINI, D. B. **Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia.** 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara/SP, 2015. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/144347/forlini_db_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 fev.2022.

FREITAS, K. L. de. **O pensamento pedagógico de Nadezhda Krupskaya: contribuições para uma pedagogia socialista no contexto da revolução russa.** 2019. 115f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84772>. Acesso em: 21 fev.2022.

FULFARO, A. C. de A. **Escolas ocupadas e formação política: da luta estudantil à reação conservadora**. 2020. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1129007?guid=1645105531593&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1645105531593%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1129007%231129007&i=1>. Acesso em: 17 fev.2022.

GONÇALVES, L. S. **História da Educação Soviética: a transição como processo de aprendizagem**. 2020. 327f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://elahp.com.br/download/historia-da-educacao-sovietica-a-transicao-como-processo-de-aprendizagem-leandro-sartori-goncalves/> Acesso em: 28 dez.2021.

IDELBRANDO, A.G. **O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos**. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10332/1/Amalia%20Galvao%20Idelbrando.pdf>. Acesso em: 21 fev.2022.

LAMAS, C. M. L. C. B. **Educação política como standard mínimo vital do direito à educação na Constituição de 1988**. 2012. 334f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/6052>. Acesso em: 23 dez.2021.

NOBRE, I. S. **Trabalho, práxis e escola: elementos de uma formação revolucionária**. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14795>. Acesso em: 23 dez.2021.

SOUSA, B. P. de. **A educação política grega como inspiração para novas práticas do agir político**. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70285>. Acesso em: 23 dez.2021.

THOMAZINI, T. D. da R. **Programa Câmara Jovem: limites e possibilidades de um processo de socialização política**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2039/1/Thais%20D%20da%20R%20Thomazini.pdf>. Acesso em: 21 dez.2022.

VIEIRA, J. de O. **Iniciativa de três escolas de ensino médio na formação política de seus alunos, na perspectiva destes**. 2017. 249f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação, Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19865/2/Jorge%20de%20Oliveira%20Vieira.pdf>.
Acesso em: 10 fev.2022.

WEGHER, J. L. Contribuições da Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire no processo de formação política de jovens de assentamentos do município de Abelardo Luz/SC. 2019. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019. Disponível em:
<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4396/5/Joarez%20Luiz%20Wegher%202019.pdf>.
Acesso em: 11 fev.2022.

ZORZI, F. B. Cidadania desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. 2016. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143113/000996093.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev.2022.